

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O ano de 2007 representou um marco histórico na trajetória da Bandeirante Energia, com o resultado líquido alcançando o valor de R\$ 231 milhões, o melhor desde sua privatização e atingindo, pela primeira vez, patamares de rentabilidade alinhados à média do setor. Em relação a 2006, a receita operacional líquida aumentou 15,7% e o EBITDA 9,2%, apresentando este, o valor de R\$ 415 milhões.

Acionistas, clientes, colaboradores e demais partes interessadas compartilharam a melhoria contínua da performance da Bandeirante em seus principais indicadores: econômico-financeiros, ambientais, sociais, técnicos e comerciais, com o reconhecimento de seus clientes sendo aferido através do aumento no índice de satisfação com os serviços oferecidos. Os principais indicadores técnicos, como DEC e FEC, continuaram a apresentar elevados níveis de qualidade, superiores àqueles requeridos pela Aneel. As perdas globais do sistema de distribuição permaneceram controladas e as perdas comerciais mantiveram-se estáveis, apesar do crescimento do mercado, em torno de 4%. Os indicadores comerciais, como nível básico de serviço, tempo de espera e índice de abandono do Call Center apresentam desempenho de excelência, ocupando lugar entre os melhores do setor elétrico brasileiro.

A 2ª Revisão Tarifária, que ocorreu em 23 de outubro de 2007, reposicionou as tarifas da Bandeirante em -8,80%. Com ajustes financeiros e recuperação tarifária de períodos anteriores, o reajuste médio nas contas dos clientes foi de -12,47%. Apesar dessa redução tarifária, verificou-se um crescimento da receita operacional bruta em 12,2% e da receita líquida em 15,7%, alcançando os valores de R\$ 3,046 bilhões e R\$ 1,993 bilhão, respectivamente.

Os investimentos na expansão e melhoria da rede, associados ao aumento da demanda e ao Programa Luz para Todos, bem como os aplicados aos sistemas de gestão, automação e medição, atingiram valores de R\$ 173,5 milhões, 16,0% superior ao ano anterior, reafirmando a Bandeirante como uma empresa de vanguarda no campo da modernização tecnológica. No âmbito do Programa de Eficiência Energética, destaca-se o Projeto de Eficiência em Sistemas de Sinalização Semafórica, que recebeu o prêmio Procel 2007. A iniciativa, que consistiu na substituição de lâmpadas incandescentes pelas de tecnologia LED, foi uma ação pioneira no país e resultou em uma redução acima de 80% no consumo de energia no município em que foi aplicada.

O Programa Letras de Luz, que promove o incentivo à leitura e a valorização da literatura nacional e o Programa Bandeirante Comunidade Educação que, em seis anos, beneficiou mais de 110 mil alunos e contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino público municipal, comprovam a preocupação da Companhia com o desenvolvimento sustentável e com a inclusão social das comunidades onde está inserida.

As ações desenvolvidas para a força de trabalho, como o Programa Segurança +, os recursos aplicados em capacitação e treinamento e iniciativas visando o envolvimento de todos na estratégia empresarial, demonstram o foco da Companhia em melhorar continuamente o ambiente de trabalho e a motivação de seus colaboradores, valorizando as pessoas. Tal esforço foi reconhecido pela atribuição do Prêmio Medalha Eloy Chaves como a melhor empresa em segurança do trabalho de todo o setor de distribuição de energia do Brasil.

A retomada da Bandeirante, a partir de 2005, e a melhoria de desempenho, conquistada de maneira sustentável, é resultado do comprometimento de seus colaboradores que, em conjunto com toda a liderança, buscam posicionar a Companhia como uma referência em excelência na gestão e responsabilidade social empresarial no cenário brasileiro.

JOÃO GOMES DE AGUIAR
DIRETOR PRESIDENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Bandeirante, a partir de fevereiro de 2008, passa a ter uma nova composição, decorrente da nomeação de Antônio Martins da Costa, Presidente desde 2003, para o cargo de chairman e CEO da Horizon Wind Energy, empresa recentemente adquirida nos Estados Unidos pela EDP - Energias de Portugal. Também passam a exercer outras funções no Grupo EDP, em Portugal, Custódio Alexandre Rouxinol Miguens e Antônio Eduardo da Silva Oliveira.

Nova composição do Conselho de Administração
Presidente: **Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu**
Vice-Presidente: **João José Gomes de Aguiar**
Conselheiro: **Antonio José Sellare**
Conselheiro: **Carlos Alberto Silva de Almeida e Loureiro**
Conselheiro: **Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**
Conselheiro: **Miguel Dias Amaro**
Conselheiro (Representante dos Empregados): **Arnaldo Benzi Sacconi**
Marco Antonio Caires Zamparo (suplente)

DIRETORIA

A Diretoria da Bandeirante, a partir de fevereiro de 2008, apresenta uma nova composição, decorrente da reestruturação do modelo de gestão das distribuidoras do Grupo Energias do Brasil. Desta estrutura passa a fazer parte um Diretor Operacional, com a responsabilidade de coordenar a atuação das várias vertentes funcionais da empresa e de assegurar a sua gestão operacional.

Nova composição da Diretoria
Diretor Presidente: **João José Gomes de Aguiar**
Diretor Operacional: **Newton Luis de Oliveira Caseri**
Diretor Administrativo - Financeiro e de Relações com Investidores: **Thomas Daniel Brull**
Diretor Técnico: **Manuel Alexandre São Miguel de Oliveira**
Diretor Comercial: **Paulo César Corrêa Soares**
Diretor de Regulação: **Dorel Soares Ramos**

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 2007, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 4,8% sobre 2006, de acordo com dados do Operador Nacional do Sistema (ONS), representando a maior taxa desde o fim do racionamento e muito próxima do crescimento esperado para a economia no ano.

O setor industrial, que responde por 46,07% de toda a energia comercializada, ampliou a demanda em 5,0% refletindo a expansão da atividade setorial, seja por expansão da capacidade de produção seja pela maior utilização da capacidade instalada.

No setor comercial, o acréscimo foi de 6,6% mantendo-se na dianteira do crescimento da demanda de energia impulsionado por: crescimento do setor de serviços, maior movimentação nos aeroportos, maior fluxo de turismo (de passeio e de negócios), maior movimento nos portos, como reflexo do aumento da corrente de comércio exterior, principalmente, como já assinalado, das importações.

No setor residencial, os destaques são a recuperação lenta, porém sustentada, do consumo médio de cada residência, que atingiu o valor de 147 kWh por mês - muito inferior, contudo, à média anterior ao racionamento - e o número de novas ligações, que em 2007 representou quase 1,9 milhões de novos consumidores, valor bem superior à média dos últimos anos. Esta classe apresentou crescimento no número de consumidores de 2,5% em 2007.

A BANDEIRANTE E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Bandeirante Energia S.A., companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data. A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina. Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,4 milhões de habitantes. Em 2007 foram distribuídos 13.268 GWh a um total de 1,4 milhões de clientes, representando um crescimento de 4% da energia distribuída em relação a 2006.

PRINCIPAIS INDICADORES (*)

Descrição	Unidade	Saldos		Var. %
		Dez/07	Dez/06	
Financeiros				
Ativo Total	R\$ mil	2.351.238	2.345.991	0,2
Patrimônio Líquido	R\$ mil	765.031	765.031	0,0
Dívida Líquida (1)	R\$ mil	256.164	410.623	-37,6
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,33	0,54	-0,2
Dívida Líquida EBITDA (12 meses)	vezes	0,62	1,08	-0,5
Resultados				
Receita Bruta	R\$ mil	3.045.585	2.713.297	12,2
Reita Líquida	R\$ mil	1.993.086	1.722.291	15,7
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R\$ mil	1.667.946	1.435.966	16,2
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	325.140	286.325	13,6
EBITDA (2)	R\$ mil	415.251	380.269	9,2
Resultado Financeiro	R\$ mil	(72.243)	(140.113)	-48,4
Resultado não Operacional	R\$ mil	(6.015)	(3.255)	84,8
Resultado antes de Impostos	R\$ mil	246.882	142.957	72,7
Lucro Líquido	R\$ mil	231.333	142.041	62,9
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	20,8%	22,1%	-1,2 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	11,6%	8,2%	3,4 p.p.
Operacionais				
Energia Distribuída	MWh	13.268.281	12.762.932	4,0
Energia Vendida e Clientes Finais	MWh	8.045.223	7.860.504	2,3
Residencial		2.639.558	2.535.363	4,1
Industrial		2.960.687	3.010.446	-1,7
Comercial		1.545.253	1.437.429	7,5
Rural		98.373	94.134	4,5
Outros		801.352	783.132	2,3
Suprimento a Outras Concessionárias	MWh	-	-	na
Consumo Próprio	MWh	5.053	4.926	2,6
Energia em Trânsito	MWh	5.218.005	4.897.502	6,5
Investimentos	R\$ mil	173.498	149.582	16,0
Número de Clientes Finais	unidade	1.401.461	1.364.738	2,7
Número de Colaboradores	unidade	1.031	1.060	-2,7
Produtividade (MWh distribuído/empregado)		12.869	12.041	6,9
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	9,6	8,8	8,9
Freqüência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	5,9	5,5	7,4

(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios.
(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional.
(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.
(**) Ano de 2006 reclassificado. De acordo com o Despacho Aneel nº 3.073 de 28/12/2006 as distribuidoras de energia passaram a contabilizar a partir de 2007 os encargos da CCC, CDE e P&D como "Deduções às Receitas Operacionais".

REDE ELÉTRICA

Caracterização do Sistema Elétrico

O sistema elétrico da Bandeirante é composto por 58 estações com 3.153 MVA instalados, 866 km de rede de alta tensão, 25.328 km de redes de distribuição em média e baixa tensão e cerca de 53.000 transformadores de distribuição com potência instalada de 2.700 MVA. O sistema elétrico atingiu a demanda máxima de 2.269 MVA em julho de 2007.

Principais Dados das Instalações Elétricas

Descrição	2007	2006	Variação	
			Qtde.	%
Subestações				
Quantidade	58	57	1	1,8%
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	3.153	3.076	76,5	2,5%
Redes de Distribuição - Própria - km				
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 kV)	866	866	-	-
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor a 69 kV)	12.880	12.539	341	2,7%
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 kV)	12.448	12.383	65	0,5%
Transformadores de Distribuição - Próprios - Quantidade				
Transformadores de Distribuição - Urbano	39.285	38.415	870	2,3%
Transformadores de Distribuição - Rural	13.675	12.884	791	6,1%
Transformadores de Distribuição - Subterrâneo	50	50	-	-
Potência instalada na Distribuição Própria - MVA				
Potência instalada na Distribuição - Urbano	2.338	2.266	72	3,2%
Potência instalada na Distribuição - Rural	306	289	17	5,9%
Potência instalada na Distribuição - Subterrâneo	27	27	-	-
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade				
Postes em Redes de Distribuição - Urbano	379.496	374.307	5.189	1,4%
Postes em Redes de Distribuição - Rural	116.433	111.808	4.625	4,1%

AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

O índice de reposicionamento médio das tarifas da Bandeirante, de -8,80%, entrou em vigor a partir de 23 de outubro de 2007, mediante resultado, ainda provisório, do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica, englobando todas as classes de consumidores: residencial, industrial, comercial, rural e demais.

Considerando-se os ajustes financeiros associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste médio nas faturas de energia elétrica foi de -9,32%. Contudo, a percepção média para o consumidor foi de -12,47% devido ao efeito combinado dos ajustes financeiros de 2006 com 2007.

De outra parte, merece registro o Recurso Administrativo impetrado pela Companhia junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, a propósito do resultado do Relatório da Fiscalização que deu origem à aprovação provisória da Base de Remuneração Regulatória da Bandeirante, apenas para os itens (I) precificação de Ativos da Base Incremental, que foram adquiridos anteriormente a 2003, mas utilizados após o 1º ciclo da Revisão Tarifária, e (II) os percentuais dos Componentes Menores de redes de distribuição.

A provisoriedade dos resultados do reposicionamento tarifário também se justifica, uma vez que se encontra em processo de Audiência Pública pela Aneel, a revisão dos conceitos gerais, metodologias e tratamento regulatório objeto da Resolução Normativa Aneel 234/06, cuja definição ainda alcançará a revisão tarifária de 2007/08.

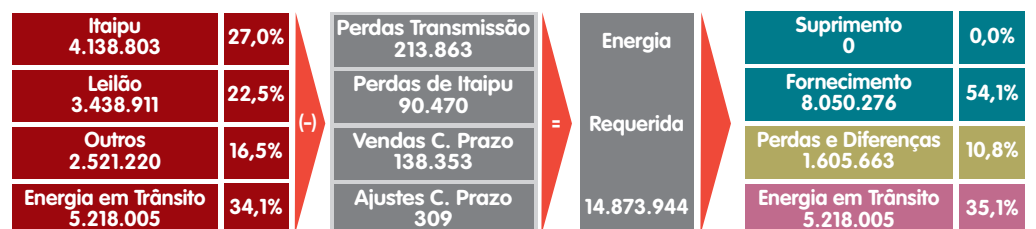
A Aneel estabeleceu, também, como preliminar, o Fator Xe de 0,74%, que deve incidir sobre o reajuste tarifário de 2008.

REVISÃO TARIFÁRIA 2007 (R\$ mil)

		Bandeirante
Receita Verificada		2.146.463
Parcela A		1.402.476
Parcela B		567.473
Empresa de Referência		262.867
Inadimplência		12.667
Remuneração Bruta de Capital		184.119
Quota de Depreciação		107.820
Total da Receita Requerida		1.969.950
(-) Outras Receitas		12.443
Receita Requerida Líquida		1.957.506
Reposicionamento Tarifário		- 8,80%
Ajuste Financeiro 2007		- 0,52%
Ajuste Financeiro 2006		3,15%
Reposicionamento Total		- 12,47%
BRR Bruta		2.354.144
BRR Líquida		1.221.292

BALANÇO ENERGÉTICO

Balanco Energético (MWh)



Compra de Energia

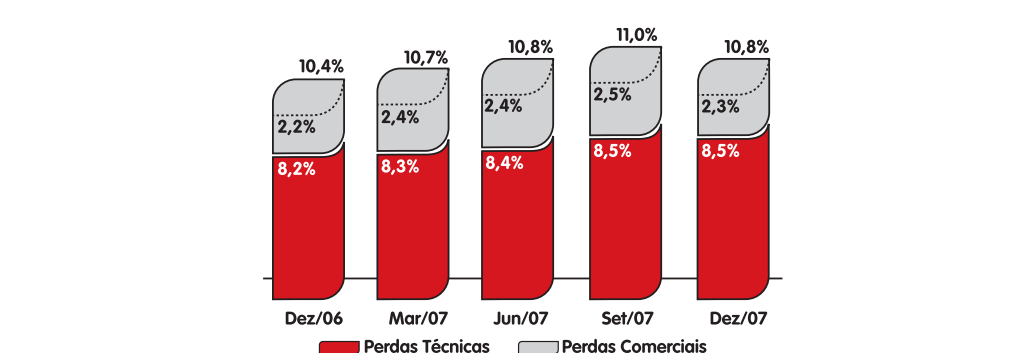
A energia requerida pela Companhia em 2007 foi de 14.874 GWh, superior em 4,4% à verificada em 2006. A energia comprada para atendimento a seu mercado, por meio de contratos bilaterais, leilões, Itaipu e outros totalizou 10.099 GWh, representando um crescimento de 1,4% em relação ao ano anterior.

Energia Distribuída

O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante (energia vendida a clientes finais, consumo próprio, energia em trânsito), no ano de 2007, foi de 13.268 GWh, o que representa um crescimento de 4,0% em relação ao ano anterior.

	Clientes (unidade)		MWh		R\$ Mil (1)	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Fornecimento						
Residencial	1.283.265	1.252.268	2.639.558	2.535.363	843.241	736.328
Industrial	8.949	8.571	2.960.687	3.010.446	674.220	557.740
Comercial	91.455	86.626	1.545.253	1.437.429	441.418	351.738
Rural	8.079	7.950	98.373	94.134	18.244	15.450
Outros (2)	9.554	9.162	801.352	783.132	178.904	149.357
(-) Transferido para Energia Trânsito (3)					(1.139.723)	(1.044.009)
Energia Forn. Clientes Finais	1.401.302	1.364.577	8.045.223	7.860.504	1.016.304	766.604
Suprimento Convencional						
Energia em Trânsito	74	72	5.218.005	4.897.502	322.754	281.916
(+) Transferido dos Clientes Finais (3)					1.139.723	1.044.009
Consumo Próprio	85	89	5.053	4.926	(392)	-
Total Energia Distribuída	1.401.461	1.364.738	13.268.281	12.762.932	2.478.389	2.092.529
Fornecimento não Faturado (4)					(15.207)	91.984
Outras Receitas					31.096	49.903
(-) Deduções à Receita Operacional					(501.192)	(512.125)
Receita Operacional Líquida	1.401.461	1.364.738	13.268.281	12.762.932	1.993.086	1.722.291

(1) Dados em R\$ referem-se à Receita Líquida de ICMS.
(2) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público.
(3) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos clientes finais.
(4) Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita.
O total de energia elétrica vendida aos consumidores finais em 2007 atingiu o montante de 8.045 GWh, representando um acréscimo de 2,3% em relação ao ano anterior.
A energia vendida à classe residencial teve um volume de vendas de 2.640 GWh, representando um crescimento de 4,1% em relação ao ano de 2006. Este crescimento teve como principais fatores a evolução do número de clientes faturados com ampliação de 2,5%, e a evolução do Consumo por Consumidor, que em 2007 atingiu o patamar de 176,2 kWh, representando um acréscimo de 1,8% em relação ao anterior.
A classe industrial teve um total de energia vendida de 2.961 GWh, representando um decréscimo de 1,7% em relação ao ano anterior, o que está associado à migração de consumidores industriais para o mercado livre. Se não tivesse ocorrido esta migração, as vendas de energia na classe industrial teriam apresentado um crescimento de 6,8%.
A classe comercial teve um crescimento de 7,5% em relação ao ano anterior, com volume de vendas de 1.545 GWh no ano, impulsionado por fatores econômicos, dentre eles o aumento da renda e a ampliação de crédito ao consumidor.
A venda de energia para as demais classes totalizou 900 GWh, o que corresponde a um acréscimo de 2,6% em relação a 2006.
Durante o ano de 2007, a energia elétrica distribuída pelo sistema da Bandeirante para o mercado livre e para outras concessionárias totalizou o montante de 5.218 GWh, o que representa um crescimento de 6,5%, em relação ao ano anterior. Com relação ao número de clientes faturados (mercado cativo com consumo próprio e uso da rede), a Companhia encerrou o ano de 2007 com 1.401.461 clientes, representando um crescimento de 2,7% sobre o ano anterior.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE COMERCIAL

Relacionamento com Clientes

Em continuidade às ações do Programa Excelência no Atendimento, criado em 2005 com o objetivo de implantar projetos para melhoria do relacionamento e satisfação das necessidades dos clientes, a Bandeirante efetuou, em 2007, a substituição de 14 lojas de atendimento, por novas lojas, com instalações modernas, oferecendo maior conforto, identificação visual e facilidade de acesso. Outros 4 pontos de atendimento receberam melhorias, além da instalação de 12 novos pontos de auto-atendimento (*Totens*) e 7 Quiosques, com link direto ao sistema comercial da Companhia.

No aperfeiçoamento da interação com os clientes, a fatura de energia elétrica foi totalmente reformulada tornando mais fácil a leitura e compreensão das informações, o site da Bandeirante na internet também foi modernizado, com a inclusão de serviços on-line para clientes de média e alta tensão, além da criação de um Plano de Comunicação aos clientes voltado à disseminação dos canais de atendimento, às informações de segurança e dicas de economia de energia elétrica.

A Central de Atendimento ao Cliente (*Call Center*), em conformidade às exigências do órgão regulador, teve sua infra-estrutura inteiramente reformulada, utilizando tecnologia de última geração com a capacidade de atender e gravar digitalmente 200 mil ligações/mês, de forma rápida e eficiente. Ao longo do ano foram realizados 2.847 mil atendimentos por esse canal.

A Bandeirante ampliou, também, sua rede de arrecadação, com o objetivo de oferecer maior comodidade aos clientes no pagamento de sua fatura de energia elétrica, disponibilizando 527 postos alternativos de recebimento, distribuídos em estabelecimentos comerciais credenciados, correspondentes bancários e agentes lotéricos.

Combate às Perdas Comerciais

Como em outras empresas do setor de energia elétrica brasileiro, a Companhia vinha registrando um crescimento das perdas comerciais, normalmente relacionadas a fraudes e notadamente a partir do racionamento de energia em 2001.

Em face desse cenário, a Bandeirante e as demais distribuidoras do Grupo Energias do Brasil definiram o combate de perdas comerciais como um objetivo estratégico a ser perseguido.

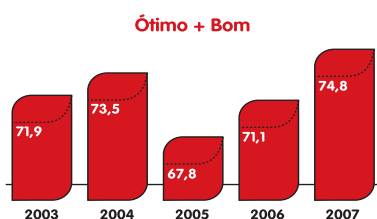
Dessa forma, com a intensificação das ações do Programa de Combate às Perdas Comerciais no ano de 2007, foram realizadas 174 mil inspeções de campo, substituídos 42,8 mil medidores (com falha de medição, danificados e eletromecânicos por eletrônicos com medição indireta) e realizadas 15,11 mil regularizações de clientes clandestinos, conduzindo à recuperação de 112,11 GWh.

Índice de Satisfação dos Clientes

A Bandeirante tem como iniciativa, desde 1999, o acompanhamento da opinião de seus clientes residenciais através de pesquisa conduzida pela Abradee, em parceria com a Vox Populi, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados, a Companhia tem reavaliado processos e alinhado projetos atendendo as necessidades dos clientes.

Em 2007, a Bandeirante apresenta o melhor resultado nos últimos cinco anos e o seu segundo melhor resultado desde que se iniciaram as pesquisas, reforçando o empenho da Companhia na satisfação dos seus clientes.

Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP (Pesquisa Abradee)



Alguns pontos da pesquisa de 2007 que merecem destaque estão relacionados à qualidade de energia entregue aos clientes, que possuem uma aprovação excelente, sempre acima da média das empresas do setor de energia. Podem ser citados como exemplos os seguintes indicadores:

- a) fornecimento de energia sem interrupção, com 90,1% de aprovação;
- b) fornecimento de energia sem variação de tensão, avaliado em 86,7%;
- c) empresa preocupada com o meio ambiente e a preservação da natureza, com aproveitamento de 78,8%, superior 8% em relação ao ano anterior.

Outro aspecto importante é que a grande maioria dos itens avaliados neste ano apresentou melhora no indicador em relação ao ano anterior.

Em 2007, foi realizada, ainda, pesquisa de satisfação para os clientes do Grupo A, atendidos em média e alta tensão, dentre eles os Consumidores Cativos, Livres, Especiais e Autoprodutores. Realizada pelo instituto Ibope, de renome nacional, proporcionou um resultado bastante satisfatório, atingindo um índice de satisfação geral de 67%. Alguns pontos da pesquisa merecem destaque, tais como:

- Índice de 79% de satisfação para a qualidade da energia;
- Índice de 77% de satisfação quanto à continuidade do fornecimento da concessionária;
- Índice de 77% de satisfação com a fatura apresentada;
- Índice de 77% de satisfação com o site;
- Índice de 90% de satisfação quanto à execução das leituras;
- Índice de 89% de satisfação quanto à execução de medições.

Os clientes do Grupo A da Bandeirante representam 51,17% do total da receita da Companhia e 67,96% do consumo de energia (inclusive os clientes livres).

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

No âmbito do Programa Luz para Todos, programa federal de eletrificação rural coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, a Bandeirante deu forte impulso ao desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua, atendendo, até o momento, 7.558 clientes.

No primeiro contrato iniciado em junho de 2004 e finalizado em dezembro de 2006, a Bandeirante investiu R\$ 17,6 milhões e neste período disponibilizou energia elétrica a um total de 6.351 instalações, superando a meta de 6.217 ligações acordadas com o MME, a Eletrobrás e a Aneel.

Em junho de 2007 foi firmado o segundo contrato com previsão de atendimento de mais 3.706 ligações e um total de R\$ 14,5 milhões a serem investidos até o final de 2008. Neste novo contrato, ao final de 2007, foram realizadas 1.207 ligações e investidos R\$ 3,7 milhões.

Em termos de participação financeira, a Eletrobrás financia 75% dos investimentos diretos por meio da RGR e CDE, o Estado de São Paulo participa com 10% e a Bandeirante com 15% de capital próprio.

INVESTIMENTO

Os investimentos em 2007 tiveram um crescimento de 16,0% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 173,5 milhões, o que demonstra o comprometimento da Bandeirante com o desenvolvimento econômico-social do Estado de São Paulo, mais especificamente o Alto Tietê e Vale do Paraíba.

	2007	2006 (*)	R\$ mil Variação
Expansão de Rede	77.567	56.183	21.384
Melhoramento da Rede	39.063	46.429	(7.366)
Universalização	11.838	21.410	(9.572)
Telecom, Informática e Outros	45.030	25.560	19.470
Total	173.498	149.582	23.915

(*) Ano de 2006 reclassificado.

Expansão do Sistema Elétrico

Para atendimento da demanda do mercado foram investidos R\$ 77,6 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição.

Destacam-se os investimentos da ordem de R\$ 20 milhões, para construção de uma nova subestação de distribuição na região de Guarulhos, a ETD Dutra, que disponibilizou uma potência adicional de 120 MVA, além da construção de 16 novos circuitos de distribuição, o que permitiu a redistribuição de cargas entre as subestações da região, atendendo o crescimento de novas cargas. Foram também ampliadas/remodeladas as subestações São José dos Campos, Caraguatatuba, Suzano, Barreiro, Massaguaçu e Cruzeiro.

Foi finalizada a construção da linha Norte-Nordeste, a partir da reconstrução de um trecho de 2,5 km da linha Norte-Vila Olívia e extensão de 0,6 km, permitindo a interligação de duas subestações de transmissão da Rede Básica, cada uma com potência instalada de 1.200 MVA, que suprem cargas da Bandeirante, a SE Norte e a SE Nordeste. Tal obra permitiu desativar uma subestação de chaves em final de vida útil, a ECH Norte, além de possibilitar o remanejamento de até 308 MVA entre essas subestações em condições de contingência, aumentando a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica ao município de Guarulhos.

Melhoramento de Redes

Os principais investimentos em melhoramento de redes totalizaram R\$ 39,06 milhões e se constituíram principalmente de substituição de equipamentos, medidores obsoletos e recondutoramento de redes em final de vida útil, representando modernização e melhoria de qualidade no fornecimento de energia elétrica.

Universalização

Os investimentos na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica totalizaram R\$ 11,8 milhões, sendo que R\$ 3,7 milhões foram destinados ao Programa Luz para Todos, propiciando a ligação e o acesso de 1.207 consumidores aos serviços de energia. Para as obras de universalização urbana foram investidos R\$ 8,1 milhões.

Tecnologia da Informação

Os investimentos em tecnologia da informação totalizaram R\$ 18 milhões e visam à unificação dos sistemas corporativos do Grupo Energias do Brasil, permitindo maior flexibilidade e redução de custos, melhorando a qualidade dos serviços e garantindo a sustentabilidade do negócio. Nesse contexto, a empresa realizou o "upgrade" para as versões mais modernas do SAP (tanto do R/3 - Módulo Administrativo-Financeiro, assim como do IS-U CCS - Módulo Comercial) contemplando as melhorias decorrentes do Projeto Excelência da Área Comercial e a substituição do módulo de atendimento aos clientes pelo equivalente do CRM da SAP, mais interativo e produtivo.

Automação e Telecomunicações

Os investimentos em Automação e Telecomunicações totalizaram R\$ 7,7 milhões. Foi implantado o projeto Opera Energias, conjunto de sistemas para permitir uma operação eficaz e segura do sistema elétrico da Bandeirante. Destacam-se entre as diversas ações para a implantação, a padronização de dados, símbolos, telas e a integração do sistema Scada com as demais distribuidoras do Grupo Energias do Brasil. Além disso, destaca-se a possibilidade de utilização de inteligência artificial, projeto a ser desenvolvido nos anos de 2008 e 2009, e a implantação de site de contingência, dentro do conceito de "disaster recovery system".

Outros componentes importantes do Opera Energias são o SDM - Sistema de Despacho Móvel (envio de ordens de serviço a viaturas de forma digital), o SIT Raios, que permite o monitoramento e visualização em tempo real de descargas atmosféricas na rede elétrica e o Platóe, Plataforma de Operação e Engenharia. Esta última funcionalidade realiza a interface e processamento avançado dos Religadores Automáticos da Rede de MT (532 equipamentos), pequenas subestações (subestação Maresias) e chaves de AT no circuito de 138kV, na região de Guarulhos, ao Sistema Scada. Com isso, permite-se que todos esses equipamentos sejam telesupervisionados e telecomandados via comunicação celular.

Os investimentos em automação das redes de distribuição consistiram na instalação de religadoras automáticas ao longo dos 12.880 km de rede de média tensão, totalizando 86 unidades. O telecomando e telesupervisão destes equipamentos são realizados a partir do COS - Centro de Operação do Sistema, através de comunicação wireless.

INDICADORES DE PERFORMANCE

Indicador	Unidade	2003	2004	2005	2006	2007
DEC	horas	8,24	6,75	9,17	8,82	9,57
FEC	vezes	6,54	5,76	6,62	5,51	5,9
TMA	minutos	88	97	170	172	164
Perda Total	%	8,1	9,2	10,5	10,4	10,8

Como consequência dos investimentos realizados nas redes de distribuição, da implementação dos projetos de modernização e automação do sistema elétrico, assim como da criteriosa utilização de recursos na sua gestão e manutenção, a Bandeirante vem apresentando padrões de qualidade compatíveis com as maiores distribuidoras do país.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2007	2006	R\$ Mil Var. %
Receita Operacional Bruta	3.045.585	2.713.297	12,2%
(-) Deduções à Receita Operacional	1.052.499	991.006	6,2%
(=) Receita Operacional Líquida	1.993.086	1.722.291	15,7%
(-) Despesas Operacionais:	1.667.946	1.435.966	16,2%
Gerenciáveis	413.893	409.010	1,2%
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	102.211	123.200	-17,0%
Material	12.012	11.386	5,5%
Serviços de Terceiros	113.041	112.422	0,6%
Depreciação e Amortização	90.111	93.944	-4,1%
Provisão p/Créd. Líq. Duvidosa/Perdas Líquidas	57.343	27.013	112,3%
Provisões para Contingências	8.202	7.855	4,4%
Aluguéis e Arrendamentos	4.445	4.731	-6,0%
Outras	26.528	28.459	-6,8%
Não gerenciáveis	1.254.053	1.026.956	22,1%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	981.844	721.188	36,1%
Encargo de Uso do Sist. de Transm. e Distribuição	267.056	300.989	-11,3%
Taxa de Fiscalização e Compensação Financeira	5.153	4.779	7,8%
(=) Resultado do Serviço	325.140	286.325	13,6%
Margem do EBIT - %	16,3%	16,6%	-0,3 p.p.
EBITDA	415.251	380.269	9,2%
Margem do EBITDA %	20,8%	22,1%	-1,2 p.p.

A **Receita Operacional Líquida** apresentou um crescimento de 15,7% em 2007 em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 1.993 milhões. O aumento verificado de R\$ 271 milhões é proveniente do resultado líquido de: **a)** crescimento de R\$ 250 milhões da receita de fornecimento a clientes finais, já deduzida a parcela da receita decorrente do uso das instalações; **b)** crescimento de R\$ 136 milhões pelo aumento da receita de uso do sistema de distribuição, faturada aos clientes livres e clientes cativos; **c)** redução de R\$ 115 milhões no valor líquido das outras receitas e deduções.

Em 2007, a receita de Uso do Sistema de Distribuição totalizou R\$ 1.462 milhões, onde R\$ 322 milhões refletem o faturamento de clientes no regime de contratação livre e R\$ 1.140 milhões correspondem a receita de uso das instalações, incluída no faturamento dos clientes cativos.

A variação do valor líquido de outras receitas decorre, basicamente, da contabilização em 2006 de ajuste do resultado da revisão tarifária de 2003, determinado pela Aneel.

Os **Gastos Operacionais** totalizaram R\$ 1.668 milhões em 2007, superiores em 16,2% ao verificado no ano anterior. Os gastos operacionais gerenciáveis da Bandeirante, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, cresceram R\$ 5 milhões, correspondente a um incremento de 1,2% em 2007 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A redução verificada de R\$ 21 milhões na rubrica de Pessoal deve-se, principalmente, a provisão efetuada em 2006 e as economias verificadas em 2007 com o "Programa de Demissão Voluntária - PDV do Grupo EDP - Energias do Brasil". Em 2007, foram elevadas em mais R\$ 30 milhões as provisões para devedores duvidosos, em relação ao ano anterior. Parte substancial deste montante refere-se à provisão para potencial perda com agente arrecadador e à adoção de critérios mais conservadores para os débitos de energia renegociados, parte relativa a anos anteriores.

Os gastos operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" - CVA. Os custos não gerenciáveis cresceram R\$ 227 milhões, equivalente a 22,1% do verificado no ano anterior.

O **Resultado do Serviço de Energia Elétrica** (EBIT) totalizou R\$ 325 milhões em 2007, superior em 13,6% ao obtido no ano anterior. Este desempenho proporcionou a manutenção da margem do EBIT nos mesmos patamares do ano anterior (16,3% em 2007 e 16,6% em 2006). O **EBITDA** do período foi de R\$ 415 milhões, superior em 9,2% ao obtido no ano anterior, resultando na redução da margem do EBITDA de 22,1% em 2006 para 20,8% em 2007.

O Resultado Financeiro em 2007 apresentou uma despesa líquida de R\$ 72 milhões, apresentando uma redução expressiva em relação à despesa líquida de R\$ 140 milhões obtida no ano anterior. Esta redução deve-se principalmente ao menor do custo da dívida, em função da redução do endividamento bancário, bem como ajuste nos saldos dos ativos regulatórios líquidos.

Em 2007, a Bandeirante apresentou um Lucro Líquido de R\$ 231 milhões, superior em 62,9% ao registrado no ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

	Dez/07	Dez/06	R\$ mil Var. %
Curto Prazo	107.986	190.754	-43,4%
Longo Prazo	444.759	525.452	-15,4%
Dívida Bancária (*)	552.745	716.206	-22,8%
(-) Disponibilidade	(241.664)	(81.919)	195,0%
(=) Dívida Bancária Líquida	311.081	634.287	-51,0%
(-) Ativo Regulatório Líquido	(54.917)	(223.664)	-75,4%
(=) Dívida Líquida	256.164	410.623	-37,6%

(*) Inclui Empr. e financiamentos, Debêntures, Encargos financeiros e Operações de "Swap".

Em 31 de dezembro de 2007, a Bandeirante apresentou uma dívida líquida de R\$ 256 milhões, que representa uma redução de 37,6% em relação ao verificado em 31 de dezembro de 2006.

Da dívida bancária bruta da Bandeirante em 31 de dezembro de 2007, 80,5% tinha vencimento a longo prazo, sendo que 68,2% do total da dívida era em moeda nacional e 31,8% em moeda estrangeira (financiamento junto ao BID, com cobertura integral de swap). O saldo da dívida bancária em 31 de dezembro de 2007 era composta por R\$ 259 milhões de debêntures, R\$ 176 milhões de financiamento junto ao BID, R\$ 103 milhões de células de crédito bancário e R\$ 15 milhões de outros financiamentos.

A redução da dívida bancária bruta da Companhia em 22,8% no ano de 2007 deve-se aos vencimentos dos financiamentos BID e BNDES regulatório (Perdas com o Racionamento e CVA). A redução de 75,4% do saldo de ativos regulatórios em 2007 decorre do início da recuperação tarifária da Parcela A de 2001 (Acordo Geral do Setor Elétrico) e passivo regulatório gerado pela revisão das quotas da CCC em 2007, pela Aneel.

Em 31 de dezembro de 2007 a dívida líquida representou 0,6 vez o EBITDA (1,1 vez em 2006).

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

As ações desenvolvidas pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D buscam prover maior segurança, qualidade e confiabilidade ao sistema elétrico, garantindo à sociedade o suprimento de energia e facilidade de acesso a preços mais acessíveis. Desta forma, em 2007, foram iniciados 13 novos projetos de P&D totalizando 21 em execução, com investimentos da ordem de R\$ 2,4 milhões.

Um dos projetos em fase de testes refere-se a um equipamento que proverá funções de concentração de medição de energia, a ser instalado nos postes de distribuição de energia elétrica. Tem como objetivo a melhoria no controle de perdas comerciais e a monitoração do consumidor final, bem como a possibilidade de realizar o corte e religamento remoto de energia elétrica de cada residência monitorada, conforme padrões de operação a serem definidos pela Aneel.

Em cooperação com outras concessionárias de distribuição de energia do Brasil, estão sendo avaliados os impactos mais adversos ao meio ambiente e ao ser humano, causados por campos elétricos e magnéticos de baixa frequência, provenientes das redes de distribuição de média tensão, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica. Além disso, contempla o desenvolvimento de sistema de análise e diagnóstico técnico-comercial dos impactos provocados por distúrbios nas redes aéreas e subterrâneas radiais de alta, média e baixa tensão sobre consumidores de baixa tensão, a fim de subsidiar análises de pedido de indenização por danos elétricos em equipamentos dos consumidores.

Em relevância à responsabilidade social e respeitando o meio ambiente, foi iniciado projeto para desenvolver plataforma vibratória visando à prevenção da osteoporose e outro no desenvolvimento de metodologia e diagnóstico ambiental de subestações de energia elétrica.

A maioria dos resultados obtidos nos projetos de P&D foi divulgada à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas. Internamente, buscou-se disseminar o conhecimento obtido através da realização de seminários internos e cursos de capacitação aos colaboradores.

Eficiência Energética

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes, as atividades de eficiência energética implementadas pela Bandeirante, em 2007, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética, aprovados pela Aneel para os Ciclos 2005/2006 e 2006/2007.

Entre esses projetos destaca-se o Programa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades de baixa renda, que tem contribuído de maneira determinante para a redução das instalações clandestinas e irregulares, comuns em áreas carentes. Até julho de 2007, foram atendidas mais de 61 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações de educação, orientação e fornecimento gratuito de 275 mil lâmpadas fluorescentes compactas para o consumo eficiente e seguro da energia elétrica.

No segundo semestre de 2007, a Companhia iniciou a execução de mais 10 projetos, integrantes do Programa de Eficiência Energética da Bandeirante - Ciclo 2006/2007, inclusive a continuidade do Programa Energia na Comunidade, que atendeu mais 11 mil famílias de comunidades de baixa renda até dezembro de 2007.

O principal destaque deste novo Programa é o projeto que está sendo realizado em 4 conjuntos habitacionais de baixa renda, localizados no município de Guarulhos, que prevê a substituição dos chuveiros elétricos, utilizados nas residências de 1.098 famílias, por alternativa de aquecimento solar. O escopo também contemplará a substituição de todas as lâmpadas das residências e das áreas comuns dos conjuntos. Outro projeto iniciado abrange a melhoria nos sistemas de iluminação de 8 hospitais públicos, localizados na área de concessão, que proporcionará diversos benefícios aos seus usuários.

Destaca-se, ainda, a conquista em 1º Lugar no Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia Elétrica - Procel 2007, concedido pelo Ministério de Minas e Energia por reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes que atuam no combate ao desperdício de energia.

GESTÃO DE PESSOAS

A partir de uma nova postura organizacional, advinda da reestruturação societária, o Grupo Energias do Brasil e suas controladas adotaram novo modelo de gestão, visando o alinhamento à Visão, Missão e Valores reavaliados pela organização. Todos os processos foram redesenhados e, por consequência, os recursos necessários a sua concretização receberam adequação ao novo contexto, incluindo o quadro de colaboradores.

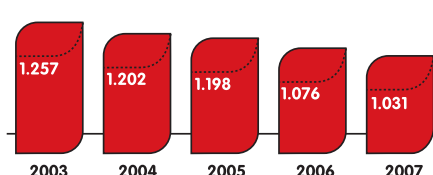
Este quadro, ao final de 2007, atingiu o número de 1.031 colaboradores, já ajustado com o programa de PDV iniciado em maio de 2006 e que gerou a otimização dos processos, conquistando assim, maior eficiência e a manutenção dos bons resultados. O índice de produtividade em 2007 apresentou tendência favorável, atingindo o número de 1.359 clientes por empregado. Em 2007, ações foram desenvolvidas para buscar a valorização das pessoas, com o comprometimento dos colaboradores nas estratégias empresariais. Com isso, na manutenção de um ambiente seguro e saudável, o Programa Segurança +, instituído em 2006, permaneceu como um grande indutor no controle dos riscos ocupacionais, trazendo oportunidades de melhoria na execução das rotinas.

No que concerne ao desenvolvimento das pessoas, a Bandeirante aplicou o Programa de Gestão de Performance, que avaliou o desempenho dos colaboradores em relação às competências necessárias. Os resultados e as necessidades identificadas subsidiaram o Programa de Gestão do Desenvolvimento, proporcionando o alinhamento com as metas definidas pela empresa.

Outra iniciativa de destaque foi o Projeto Talento, patrocinado pela controladora EDP - Energias de Portugal, que visa identificar os potenciais talentos para assumir posições estratégicas do Grupo no mundo.

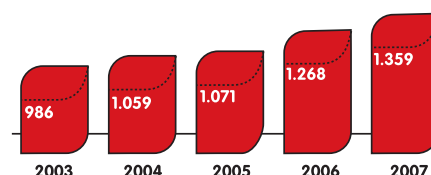
Número de Colaboradores

(Quantidade)



Índice de Produtividade

(Quantidade)



Programa de Benefícios

Em 2007 foi implantado um novo plano de assistência médica/odontológica, extensivo aos dependentes, em substituição ao anterior. O programa de benefícios oferece também: auxílio alimentação; auxílio refeição; seguro de vida e auxílio funeral, auxílio creche/babá, auxílio dependente especial; materiais escolares, incentivos à educação formal e pós-graduação.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

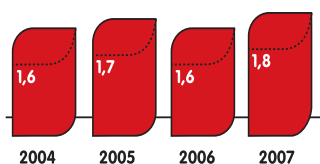
Capacitação e Desenvolvimento

Os investimentos no ano de 2007 realizados pela Bandeirante em capacitação, desenvolvimento, reciclagem e atualização dos colaboradores alcançaram valores de R\$ 1,8 milhão, correspondendo ao total de 58.240 horas de treinamento, com média de 55,26 horas por colaborador.

Foram desenvolvidas ações como o Programa de Treinamento Funcional, que incluiu seminários, palestras, simpósios, congressos e cursos com enfoque técnico/operacional, além de outros, abrangendo todas as áreas da Companhia. Aplicou-se, ainda, o Programa de Desenvolvimento Gerencial, elaborado em parceria com entidade de ensino renomada, cujo conteúdo é apresentado em módulos e ministrado em etapas, ao longo do ano.

O Programa de Incentivo à Educação Formal, realizado desde 2001, disponibiliza bolsas de estudo aos colaboradores, englobando cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, visando o fomento ao auto-desenvolvimento, atualização profissional e investimento na carreira.

Investimento em Treinamento
(R\$ milhões)



Saúde e Segurança

No ano de 2007, em continuidade ao Programa Bandeirante Segurança +, por meio da capacitação técnica, educação e melhoria das condições de trabalho, a Bandeirante fortaleceu suas bases focando nos processos, juntamente com a interação entre qualidade e produtividade, prevenção e segurança, objetivando reformular os padrões de trabalho e o controle dos riscos.

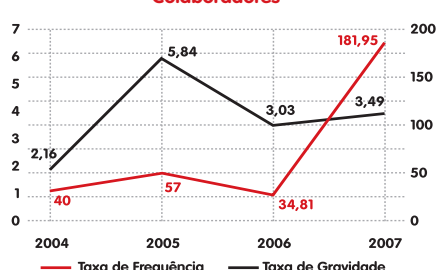
O programa continua estreitando relações com Supervisões, Cipas e Fornecedores com base no desenvolvimento do plano de trabalho reavaliado a cada ano. Duas das frentes importantes na atuação e melhoria da gestão da segurança são as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, renovada em 2007, e o Conseb (Conselho de Segurança Bandeirante), cujo objetivo é analisar criticamente o andamento do plano de trabalho.

As ações implantadas, em observância à Norma Regulamentadora nº 10, do Ministério do Trabalho e Emprego, nas atividades da Bandeirante continuam sendo disseminadas entre as demais empresas do grupo, como por exemplo, o uso de cinto pára-queda, sistema Nexo (*software* para gestão), padronização dos equipamentos de proteção individual e coletiva, ferramentas e uniformes.

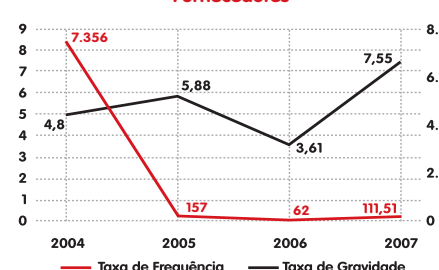
As parcerias com as áreas internas proporcionaram a capacitação de profissionais para os trabalhos em ambiente confinado, objetivando sempre a uniformização dos procedimentos através da identificação, avaliação dos perigos e riscos relacionados às atividades, além da correta utilização de equipamentos de proteção individual, coletivo, ferramentas e capacitação para procedimentos de resgate à vítima.

Foram realizadas, no decorrer do ano, ações de treinamento, preleções, integrações, inspeções e campanhas, tanto para os colaboradores da Bandeirante quanto para seus fornecedores, visando à melhoria dos índices de acidentes do trabalho.

Taxas de Frequência e Gravidade (*) Colaboradores



Taxas de Frequência e Gravidade (*) Fornecedores



(*) Metodologia NBR 14280

Foram realizadas, no decorrer do ano, ações de treinamento, preleções, integrações, inspeções e campanhas, tanto para os colaboradores da Bandeirante quanto para seus fornecedores, visando à melhoria dos índices de acidentes do trabalho.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Social

Em 2007, os projetos sociais apoiados pela Companhia foram selecionados por meio de um concurso público, que de forma transparente e criteriosa, atenderam escolas, comunidades, entidades e hospitais da área de concessão, visando à inclusão social e digital, a geração de renda e a humanização dos relacionamentos. A implementação desses projetos conta com o comprometimento de mais de 100 colaboradores, integrantes do Programa de Voluntariado da Bandeirante.

O Programa Bandeirante Comunidade Educação, um dos principais investimentos sociais externos da Companhia, chegou ao seu sexto ano e contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino público de 58 escolas municipais, beneficiando 15,8 mil alunos e promovendo ações como: campanha do kit escolar e da higiene bucal, implantação de hortas e jardins escolares e o Concurso Cultural "Arte com Energia", entre outras. O conteúdo pedagógico também foi enriquecido por atividades lúdicas, como a apresentação, nas escolas, do Projeto "Ler é uma viagem" - de incentivo à leitura.

Unindo cultura e educação, a parceria Fundação Victor Civita - Grupo Energias do Brasil promoveu o "Projeto Letras de Luz", que incentivou a leitura, por meio de doação de livros, apresentações teatrais de textos de autores nacionais e capacitação de multiplicadores para estimular a hábito de ler.

Com o título de "empresa Amiga da Criança", reconhecida pela Fundação ABRINQ, a Bandeirante direcionou parte de seus investimentos a projetos voltados à criança e ao adolescente, como: Projeto Música com Energia (Aparecida), Projeto Doce Flauta Doce (Salesópolis), Grupo de Apoio à Criança com Câncer e Associação Ágape (São José dos Campos), Projeto Arte e Riso (Guararema) e Projeto Crescer Cidadão (Itaquaquecetuba).

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2007

1 - Base de Cálculo	2007 Valor (Mil reais)	2006 Valor (Mil reais) (*)
Receita Líquida (RL)	1.993.086	1.722.291
Resultado Operacional (RO)	252.897	146.212
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	128.491	145.356

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.997	4,67%	0,30%	6.559	4,51%	0,38%
Encargos Sociais Compulsórios	38.857	30,24%	1,95%	39.466	27,15%	2,29%
Previdência Privada	15.164	11,80%	0,76%	14.050	9,67%	0,82%
Saúde	10.123	7,88%	0,51%	8.756	6,02%	0,51%
Segurança e Saúde no Trabalho	87	0,07%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento						
Profissional	2.001	1,56%	0,10%	1.437	0,99%	0,08%
Creches ou Auxílio-Creche	137	0,11%	0,01%	140	0,10%	0,01%
Participação nos Lucros ou Resultados	5.328	4,15%	0,27%	4.830	3,32%	0,28%
Programa de Desligamento						
Voluntário - PDV	(4.496)	-3,50%	-0,23%	16.582	11,41%	0,96%
Outros	660	0,51%	0,03%	683	0,47%	0,04%
Total - Indicadores Sociais Internos	73.858	57,48%	3,71%	92.503	63,64%	5,37%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	815	0,32%	0,04%	383	0,26%	0,02%
Cultura	1.190	0,47%	0,06%	981	0,67%	0,06%
Saúde e Saneamento	190	0,08%	0,01%	3	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	2	0,00%	0,00%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	631	0,25%	0,03%	93	0,06%	0,01%
Total das Contribuições para a Sociedade	2.826	1,12%	0,14%	1.462	1,00%	0,08%
Tributos (excluídos Encargos Sociais)	1.100.614	435,20%	55,22%	1.048.868	717,36%	60,90%
Total - Indicadores Sociais Externos	1.103.440	436,32%	55,36%	1.050.330	718,36%	60,98%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	2.772	1,10%	0,14%	1.298	0,89%	0,08%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	2.772	1,10%	0,14%	1.298	0,89%	0,08%
Quanto ao Estabelecimento de "Metas Anuais" para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:						
() não possui metas				(x) não possui metas		
() cumpre de 0 a 50%				() cumpre de 51 a 75%		
() cumpre de 76 a 100%				() cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2007	2006
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	1.031	1.102
Nº de Admissões Durante o Período	66	27
Nº de Empregados(as) terceirizados(as)	2.259	n/d
Nº de Estagiários(as)	48	41
Nº de Empregados(as) acima de 45 Anos	221	269
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	224	226
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	16,00%	15,00%
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa (**)	117	121
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	7,00%	12,00%
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais	53	53

Outras ações de cunho social patrocinadas pela Bandeirante são relacionadas à atividade-fim e integram todas as áreas da Companhia. Merece destaque o programa Energia na Comunidade, que regulariza ligações elétricas, entrega lâmpadas econômicas e conscientiza as comunidades para o uso responsável da energia elétrica, por meio de eventos comunitários. Durante todo o ano, o Projeto "Pipas num espaço seguro" incentivou crianças, jovens e adultos a empinar pipas longe da rede elétrica, a fim de reduzir o número de acidentes e desligamentos.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

A responsabilidade ambiental e social pauta a estratégia empresarial e as atividades desenvolvidas pela Bandeirante. Em consonância com os Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo Energias do Brasil, o ano de 2007 marca o início de implantação de Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade (SGIS), em nível corporativo, e a consolidação do Sistema de Gestão Ambiental (SIGA).

Os primeiros resultados do SGIS contemplaram a criação de objetivos e metas, a revisão da matriz de aspectos e impactos, os programas de redução e racionalização de consumo de recursos naturais e um programa de gerenciamento de emissões atmosféricas. Foram estabelecidos, ainda, canais de comunicação que recebem, de forma sistemática, as dúvidas, críticas e sugestões das partes interessadas: "canal de sustentabilidade" e "fale sustentabilidade".

Os programas de Racionalização do Consumo e de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas atingiram expressivos resultados: economia de 7,5 milhões de litros de água e redução aproximada de 10% nas emissões atmosféricas provenientes de sua frota veicular.

Os gastos de natureza ambiental em 2007 foram de R\$ 2,8 milhões. Somente na extensão de redes compactas de distribuição de energia, que permitem melhor convivência com a vegetação, foram investidos R\$ 1,7 milhão. Com acréscimo de 29% em relação ao ano anterior, as redes compactas instaladas em zonas arborizadas já somam 221 km.

Na expansão do sistema elétrico a Bandeirante cumpre integralmente todos os trâmites e condicionantes estabelecidos para o licenciamento ambiental, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social e econômico das regiões em que atua. Em 2007 plantou mais de 10.000 árvores em sua área de concessão e concluiu a manutenção de outras 25.000 no Parque Ecológico do Tietê. O mesmo rigor caracteriza os projetos de redes rurais no âmbito do Programa Luz para Todos, onde todas as interferências em Unidades de Conservação ou em áreas de preservação permanente são previamente licenciadas pelos órgãos de controle e fiscalização ambiental.

Para aprimorar o cadastro das redes no Sistema de Informações Técnicas - SIT, foi iniciado em 2007 o levantamento aerofotogramétrico de todas as linhas de transmissão da Companhia, bem como o levantamento de todas as interferências sociais e ambientais existentes em sua área de concessão. Somadas ao cadastro das Unidades de Conservação realizado em 2006, as informações ambientais dispostas no SIT vão simplificar os estudos para expansão do sistema e subsidiar o licenciamento ambiental dos empreendimentos.

Por fim, visando à prevenção de passivos ambientais, a Bandeirante desenvolve inédito Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, bem como campanhas periódicas de medição de ruídos em subestações.

CERTIFICAÇÃO

Área Comercial

Alinhados às necessidades de controle e monitoramento, geradas pela estratégia de gestão integrada do grupo, iniciou-se em 2007 a certificação de processos pela Norma ISO 9001:2000. O processo de Eficiência Energética foi o escolhido, na Área Comercial, como o primeiro a ser certificado, com previsão de conclusão em março de 2008. A certificação visa fundamentalmente garantir a padronização do processo, o controle de indicadores, o monitoramento da satisfação dos clientes e a melhoria contínua da qualidade.

Área Técnica

O Centro de Operação do Sistema - COS da Bandeirante obteve, em dezembro de 2007, o primeiro certificado da norma ISO 9001:2000 para as atividades de coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade coletivos e individuais, de acordo com a Resolução 024, da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Tal evento garante o cumprimento do parágrafo 5º do normativo citado, que estabelece a todas as concessionárias a necessidade de certificação, com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (*International Organization for Standardization*) ISO 9000. O certificador Bureau Veritas recomendou a acreditação aos organismos INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) e ao internacional ANAB (ANSI-ASQ *National Accreditation Board*).

RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2007, a Bandeirante Energia foi reconhecida em várias atividades que desenvolveu e recebeu prêmios e destaques atestando a qualidade de sua gestão empresarial.

- Prêmio Medalha Eloy Chaves pelo 1º lugar em Segurança do Trabalho na categoria "empresas Predominantemente Distribuidoras com mais de 2.000 empregados";
- Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia pelo 1º lugar com o trabalho "Eficiência Energética em Sistemas de Sinalização Semafórica - LED (Diodo emissor de luz)";
- Prêmio Top Social 2007 ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil) com o Programa a Bandeirante Comunidade e Educação;
- Prêmio Top RH 2007 ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil) com o Case: "NR10 - Da obrigatoriedade à oportunidade de melhorias da segurança através da gestão do conhecimento";
- Prêmio Mogi News de Responsabilidade Social empresarial do Alto Tietê com o Programa Bandeirante Comunidade e Educação;
- Certificação de "empresa Amiga da Criança", concedida pela Fundação ABRINQ, em razão de suas ações contra o trabalho infantil e programas voltados à inserção social da criança e adolescente;
- Finalista do Prêmio Sodexho Vida Profissional 2007, com o programa Bandeirante Comunidade e Educação.

AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a Bandeirante informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2007, pelos auditores independentes foram àqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTO

A Administração da Bandeirante registra agradecimentos à sua acionista e aos membros do Conselho de Administração pelo apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos colaboradores na intensa participação de inúmeros projetos rotineiros e não rotineiros que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da Bandeirante.

6) Informações Relevantes quanto ao exercício	2007	Metas 2008
da cidadania Empresarial		

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa:	47,09	47,09
---	-------	-------

Número total de acidentes de trabalho:	19	0
--	----	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram Definidos por:	() direção e gerências	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados	() direção e gerências	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados
--	-------------------------	-------------------------	--------------------------	-------------------------	-------------------------	--------------------------

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
--	-------------------------	------------------------------	----------------------	-------------------------	------------------------------	----------------------

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivar-se-á e seguirá a OIT
--	--------------------	----------------------------	-----------------------------	----------------------	------------------------------	-------------------------------------

A previdência privada contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
----------------------------------	-------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	-------------------------	------------------------------

A Participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
--	-------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	-------------------------	------------------------------

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
---	--------------------------	-------------------	------------------	----------------------------	---------------------	--------------------

Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia e incentiva	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará e incentivar-se-á	(X) organizar-se-á e incentivar-se-á
--	--------------------	-----------------------	--------------------------	----------------------	-------------------------------	--------------------------------------

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
	527.716	3.344	1.893	501.330	3.344	1.800

% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
	100%	83,13%	32%	100%	84%	30%

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007: 1.524.055	Em 2006: 1.489.699
---	---------------------------	---------------------------

Distribuição do valor adicionado (DVA):	73,41% governo	71,48% governo
	5,5% colaboradores(as)	7,19% colaboradores(as)
	15,18% acionistas	5,9% terceiros
	0% retido	3,44% acionistas
		11,79% terceiros
		6,09% retido

7 - Outras Informações

(*) Ano de 2006 reclassificado.

(**) Em 2007, foi computado o número de negros (pretos e pardos) que trabalham na Companhia.

Não auditado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2007	2006
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades	5	241.664	81.919
Consumidores e concessionárias	6	338.030	403.641
Impostos e contribuições sociais	9	114.378	121.272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	98.625	88.127
Estoques		3.768	3.511
Cauções e depósitos vinculados	12	242	61
Despesas pagas antecipadamente	7	11.856	18.467
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8	113.463	151.145
Outros créditos	13	19.013	28.382
		<u>941.039</u>	<u>896.525</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	106.038	106.703
Impostos e contribuições sociais	9	19.878	16.211
Partes relacionadas	11	1.589	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	250.036	284.058
Cauções e depósitos vinculados	12	36.648	
Despesas pagas antecipadamente	7	12.849	24.214
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8	8.170	84.481
Outros créditos	13	4.265	2.599
		<u>439.473</u>	<u>550.473</u>
Permanente			
Investimentos		681	681
Imobilizado tangível	14	909.327	836.804
Imobilizado intangível	14	60.718	61.508
		<u>970.726</u>	<u>898.993</u>
Total do ativo		<u>2.351.238</u>	<u>2.345.991</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2007	reclassificado 2006
Receita operacional			
Disponibilização do sistema de distribuição		1.782.867	1.611.792
Fornecimento de energia elétrica		1.231.622	1.051.602
Outras receitas operacionais		31.096	49.903
		<u>3.045.585</u>	<u>2.713.297</u>
Dedução da receita operacional			
Quota para reserva global de reversão		(14.732)	(12.636)
Subvenção - CCC e CDE		(287.135)	(285.868)
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética		(21.019)	(32.556)
Encargo de capacidade emergencial		5	(1.801)
Impostos e contribuições sobre a receita		(729.618)	(658.145)
		<u>(1.052.499)</u>	<u>(991.006)</u>
Receita operacional líquida	23	<u>1.993.086</u>	<u>1.722.291</u>
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(981.844)	(721.188)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(267.056)	(300.989)
	24	<u>(1.248.900)</u>	<u>(1.022.177)</u>
Custo de operação			
Pessoal		(62.341)	(66.744)
Materiais e serviços de terceiros		(61.347)	(50.735)
Depreciações e amortizações		(87.310)	(91.127)
Outros custos de operação		(20.536)	(15.371)
	24	<u>(231.534)</u>	<u>(223.977)</u>
		<u>(1.480.434)</u>	<u>(1.246.154)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros	24	<u>(994)</u>	<u>(1.576)</u>
Lucro operacional bruto			
Despesas operacionais		<u>511.658</u>	<u>474.561</u>
Despesas com vendas		(64.387)	(47.832)
Despesas gerais e administrativas		(105.975)	(112.172)
Depreciações e amortizações		(2.801)	(2.817)
Outras despesas operacionais		(13.355)	(25.415)
	24	<u>(186.518)</u>	<u>(188.236)</u>
Resultado do serviço		<u>325.140</u>	<u>286.325</u>
Receitas financeiras		73.674	94.316
Despesas financeiras		(145.917)	(234.429)
Resultado financeiro	25	<u>(72.243)</u>	<u>(140.113)</u>
Lucro operacional			
Receitas não operacionais		252.897	146.212
Despesas não operacionais		1.874	3.564
		<u>(7.889)</u>	<u>(6.819)</u>
Resultado não operacional		<u>(6.015)</u>	<u>(3.255)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>246.882</u>	<u>142.957</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(40.604)	(62.813)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(23.524)	10.642
	26	<u>(64.128)</u>	<u>(52.171)</u>
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		<u>182.754</u>	<u>90.786</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio	25	48.579	51.255
Lucro líquido do exercício		<u>231.333</u>	<u>142.041</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>5,92</u>	<u>3,63</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2006		254.628	334.728	96.713		686.069
Ajuste de exercícios anteriores					(11.824)	(11.824)
Lucro líquido do exercício					142.041	142.041
Destinação do lucro						
Reserva legal				6.511	(6.511)	
Dividendos					(51.255)	(51.255)
Reserva de retenção de lucros				72.451	(72.451)	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	22	<u>254.628</u>	<u>334.728</u>	<u>175.675</u>	<u>-</u>	<u>765.031</u>
Lucro líquido do exercício					231.333	231.333
Destinação do lucro						
Dividendos					(231.333)	(231.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	22	<u><u>254.628</u></u>	<u><u>334.728</u></u>	<u><u>175.675</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>765.031</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2007	2006
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	231.333	142.041
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Consumidores e concessionárias	37.425	(12.475)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(28.536)
Impostos e contribuições sociais diferidos	23.524	(10.642)
Depreciações e amortizações	90.111	93.944
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	1.967	2.864
Despesas pagas antecipadamente e CVA	(11.567)	(20.634)
Fornecedores	(14.168)	28.354
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	90.793	131.583
Benefícios pós-emprego	(1.572)	(3.290)
Obrigações estimadas - PDV		10.722
Encargos regulamentares e setoriais	24.887	30.012
Provisões para contingências	6.084	27.661
Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre Outros créditos	11.260	
Outros	(570)	(1.922)
	<u>489.507</u>	<u>389.682</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	28.852	17.155
Programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica	9	92
Impostos e contribuições sociais compensáveis	3.226	(35.892)
Estoques	(257)	4.026
Cauções e depósitos vinculados	(2.813)	(6.432)
Despesas pagas antecipadamente e CVA	167.430	2.198
Outros créditos	(3.567)	412
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	13.501	(26.361)
Impostos e contribuições sociais correntes	(23.565)	74.541
Obrigações estimadas com pessoal	(5.998)	1.248
Devolução tarifária		(75.573)
Outras obrigações	(50.899)	3.661
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>615.426</u>	<u>348.757</u>
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(173.498)	(149.582)
Obrigações vinculadas à concessão	19.768	14.373
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(153.730)</u>	<u>(135.209)</u>
Atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(11.631)	10.516
Dividendos pagos	(43.567)	(25.835)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - ingressos	66.880	894.028
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(313.633)	(1.030.619)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(301.951)</u>	<u>(151.910)</u>
Aumento nas disponibilidades		
Disponibilidades no final do exercício	159.745	61.638
Disponibilidades no início do exercício	241.664	81.919
	81.919	20.281
	<u>159.745</u>	<u>61.638</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2007	2006
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	15	211.443	211.874
Encargos de dívidas	17	2.081	3.579
Impostos e contribuições sociais	9	139.706	155.983
Dividendos		224.823	44.344
Debêntures	16	8.892	10.864
Empréstimos e financiamentos	17	97.013	176.311
Benefícios pós-emprego	18	17.525	18.673
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8	50.928	21.144
Obrigações estimadas com pessoal	19	20.769	26.768
Encargos regulamentares e setoriais	20	61.502	79.114
Provisões para contingências	21	1.336	1.977
Outras contas a pagar	13	60.513	37.300
		<u>896.531</u>	<u>787.931</u>
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Fornecedores	15	199	435
Debêntures	16	250.000	250.000
Empréstimos e financiamentos	17	194.759	275.452
Benefícios pós-emprego	18	82.774	84.346
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8	11.479	9.870
Partes relacionadas	11	474	10.516
Provisões para contingências	21	113.790	126.209
Reserva para reversão e amortização		17.248	17.248
Outras contas a pagar	13	18.953	18.953
		<u>689.676</u>	<u>793.029</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		254.628	254.628
Reservas de capital		334.728	334.728
Reservas de lucros		175.675	175.675
		<u>765.031</u>	<u>765.031</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.351.238</u>	<u>2.345.991</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2007	2006
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	231.333	142.041
Ajuste de exercícios anteriores		(11.824)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Consumidores e concessionárias	(3.549)	(28.681)
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - atualização	(3.186)	(20.299)
Fornecedores - Energia livre		23.521
Depreciações e amortizações	90.111	93.944
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	1.967	2.864
Impostos e contribuições sociais diferidos	23.524	(10.642)
Variações monetárias e juros do passivo não circulante	10.062	29.385
Provisões para contingências	6.084	27.661
Benefícios pós-emprego	(1.572)	(3.290)
Provisão para perdas na realização de ativos		21.187
Outros	(1.809)	(1.964)
	<u>352.965</u>	<u>263.903</u>
De terceiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.314	358.137
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	36.831	
Transferência do ativo não circulante para o circulante	79.626	239.397
Transferência do passivo circulante para o não circulante		4.604
	<u>120.771</u>	<u>602.138</u>
De acionistas		
Partes relacionadas		10.516
Total das origens	<u>473.736</u>	<u>876.557</u>
Aplicações de recursos		
No ativo não circulante		
Cauções e depósitos vinculados	2.632	2.336
Despesas pagas antecipadamente	5.103	17.250
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"		54.961
Partes relacionadas	1.589	
Transferência do ativo circulante para o não circulante	5.837	23.664
Outros créditos	3.667	4.473
No permanente		
Imobilizado tangível e intangível	173.498	149.582
Obrigações vinculadas à concessão	(19.768)	(22.906)
Passivo não circulante transferido para o circulante	133.931	221.150
Dividendos	231.333	51.255
Total das aplicações	<u>537.822</u>	<u>501.765</u>
(Redução) aumento no capital circulante líquido	<u>(64.086)</u>	<u>374.792</u>
Variação no capital circulante		
Ativo circulante		
No final do exercício	941.039	896.525
No início do exercício	896.525	630.846
	<u>44.514</u>	<u>265.679</u>
Passivo circulante		
No final do exercício	896.531	787.931
No início do exercício	787.931	897.044
	<u>108.600</u>	<u>(109.113)</u>
(Redução) aumento no capital circulante líquido	<u>(64.086)</u>	<u>374.792</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

Bandeirante Energia S.A., Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., detém a concessão de distribuição de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 25 de fevereiro de 2008, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em atendimento às determinações da ANEEL através do Despacho nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, os encargos do consumidor relativos ao Programa de Eficiência Energética - PEE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Conta de Consumo de Combustível - CCC, anteriormente contabilizados no grupo de Despesa operacional, passaram a ser registrados no grupo de Deduções da receita operacional, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados no exercício de 2006.

Adicionalmente, para fins de comparabilidade, foi efetuada a reclassificação de parte dos gastos contabilizados na Demonstração do Resultado do exercício de 2006, relativos a Despesas com pessoal, transferidos de Despesas gerais e administrativas para Custo de operação.

A partir de 2007, a Companhia passou a apresentar no balanço patrimonial as rubricas de Conta de compensação de variação de custos da parcela "A", segregadas no ativo e passivo, que anteriormente eram consideradas de forma líquida na rubrica Despesas pagas antecipadamente, efetuando-se então a respectiva reclassificação para os valores apresentados em 31 de dezembro de 2006.

Em atendimento às determinações da ANEEL, através do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001 e instruções complementares contidas no Ofício Circular 2.409, de 14 de novembro de 2007 e Despacho nº 294, de 1º de fevereiro de 2008, a Companhia está reclassificando, com efeitos retroativos a 2006, a parcela faturada aos clientes cativos correspondente à tarifa de uso do sistema de distribuição, anteriormente apresentada nas Demonstrações de Resultados dos exercícios integralmente no grupo Fornecimento de energia elétrica e a partir deste exercício, passou a ser apresentada no grupo Disponibilização do sistema de distribuição, utilizando como base para segregação dos valores a proporção de uso do sistema de distribuição constante da tarifa média anual do respectivo período tarifário da Companhia. Os valores segregados de uso do sistema de distribuição faturados aos clientes livres e aos clientes cativos estão sendo apresentados na Nota 23. Para aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

Demônstrações dos Fluxos de Caixa

A Companhia está apresentando, como informação complementar, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa preparadas de acordo com a NPC 20, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Demônstrações do Valor Adicionado

A Companhia está apresentando, nos moldes do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/06 e Resolução CFC nº 1.010/05, as Demonstrações do Valor Adicionado que tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

3 - Resumo das principais práticas contábeis**a) Disponibilidades (Nota 5)**

Estão representadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores e concessionárias incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 6);

(ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);

(iii) Os saldos a receber relativos à Recomposição Tarifária Extraordinária - Perda de Receita e Energia Livre (Nota 4.1.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

<u>Clientes da Classe</u>	<u>Vencidos há mais de</u>
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

c) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados ao Ativo imobilizado, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado tangível.

d) Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVA (Nota 8)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

e) Investimentos

Os Investimentos estão avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

f) Imobilizado tangível e intangível (Nota 14)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) até o ano de 1997.

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária periódica (outubro de 2007) por taxa definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

g) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 15)

Inclui principalmente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica, encargos de uso da rede elétrica e o saldo de Energia livre a pagar a geradoras de energia elétrica.

i) Empréstimos e financiamentos, Encargos de dívidas e Debêntures (Notas 16 e 17)

Atualizações com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos e, quando aplicável, acrescidos e/ou reduzidos por ganhos e perdas das operações de *hedge*, incorridos até a data do balanço.

j) Provisões para contingências (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 9, 10 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

m) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2007.

n) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), que a Companhia aplicou na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão são cobrados juros de 5% ao ano. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

o) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

p) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

q) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na Nota 3.m.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Provisão para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

r) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a concessionária, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se abaixo quadro sintético com os ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Consumidores e concessionárias (Nota 6)				
Recomposição tarifária extraordinária - perda de receita		35.233		81.387
(-) Provisão para perdas - perda de receita		(17.451)		(81.387)
Recomposição tarifária extraordinária - energia livre		9.039		59.690
(-) Provisão para perdas - energia livre				(59.690)
Programa Luz para Todos	1.386			
PIS e COFINS das geradoras		8.693		
Outros ativos regulatórios	8.004	22.215	1.176	1.147
Outros créditos				
Perda de receita - baixa renda	202	700		
Programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica		9		
Despesas pagas antecipadamente (Nota 7)				
PIS e COFINS - majoração de alíquota	1.240	6.005		1.555
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" (Nota 8)				
Parcela "A"				
CVA - ativa	75.802	82.409		66.047
	37.661	68.736	8.170	18.434
Total de ativos regulatórios	124.295	215.588	9.346	87.183
Fornecedores (Nota 15)				
Energia livre	(11.580)	(36.927)		(59.690)
(-) Provisão para perdas - energia livre				(59.690)
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" (Nota 8)				
CVA - passiva	(50.928)	(21.144)	(11.479)	(9.870)
Outras contas a pagar				
PIS e COFINS das geradoras		(6.520)		
Ganhos de receita - baixa renda	(127)	(4.627)		
Outros passivos regulatórios	(4.610)	(19)		
Total de passivos regulatórios	(67.245)	(69.237)	(11.479)	(9.870)
Total ativos (-) passivos regulatórios	57.050	146.351	(2.133)	77.313

4.1 - Acordo geral do setor elétrico

O Acordo geral do setor elétrico, ao qual a Companhia aderiu em 20 de dezembro de 2001, estabeleceu condições para solução de controvérsias contratuais e administrativas, eliminando a possibilidade de ocorrência de litígios judiciais ou extrajudiciais sobre questões relativas ao período de racionamento. Os principais pontos do acordo são listados a seguir:

- Declaração de Desistência/Renúncia;
- Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais;
- Acordo de Reembolso de Energia Livre;
- Termos Aditivos aos Contratos Iniciais; e
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e demais regras legais, foi apurado o montante de Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE aplicável a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de neutralizar os efeitos de perda de receita decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, que vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Paralelamente, foram apuradas as variações mensais de custos não gerenciáveis (Parcela "A"), relacionando ainda, as parcelas de custo adicional com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Energia livre) a serem repassados para as geradoras.

Para o ressarcimento do montante da Perda de receita, Energia livre e Parcela "A", em atendimento às disposições da Medida Provisória nº 14 (convertida na Lei nº 10.438/02), foi concedido a partir de janeiro de 2002, o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores Residenciais (exceto os de baixa renda), Rurais e Iluminação Pública e de 7,9% para os demais consumidores.

No exercício de 2002 foram liberados recursos equivalentes a 90% dos montantes homologados de Perda de receita e de Parcela "A", relativos à abertura de crédito no âmbito do PERCEE, através de contratos de financiamento com o BNDES assinados em 13 de fevereiro de 2002 (Nota 17).

A Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou para R\$119.954 o montante de Energia livre anteriormente homologado pela Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002 (Nota 4.1.1), alterou para 63 meses o prazo máximo de permanência da RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica anteriormente estabelecido pela Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, excluiu deste prazo o montante relativo às variações dos itens da Parcela "A" verificadas no exercício de 2001 e estabeleceu que a sua recuperação se dará por mecanismo equivalente ao previsto no art. 4º da Lei nº 10.438/02 e que, para a Companhia, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica localizada no Sistema Interligado Nacional sujeita ao PERCEE, essa recuperação se dará imediatamente após o final da RTE prevista no art. 4º da Lei nº 10.438/02, pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002.

4.1.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de receita e Energia livre

A composição da RTE no ativo é a seguinte:

Itens	Número do Instrumento de Homologação	Valor Homologado	Remuneração Acumulada	Valor Amortizado	Baixa para perda	Saldo a Amortizar	
						31/12/2007	31/12/2006
Perda de receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04	278.595	203.592	(386.962)	(95.225)		116.620
(-) Provisão para perdas							(98.838)
							17.782

Itens	Número do Instrumento de Homologação	Valor Homologado	Remuneração Acumulada	Valor Amortizado	Baixa para perda	Saldo a Amortizar	
						31/12/2007	31/12/2006
Energia livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	119.954	84.566	(133.806)	(70.714)		68.729
(-) Provisão para perdas							(59.690)
							9.039

O prazo máximo de permanência da RTE das parcelas correspondentes à Perda de receita e Energia livre findou em 31 de março de 2007, sendo que para o saldo remanescente não recuperado foi primeiramente registrada provisão em montante equivalente e, em 31 de dezembro de 2007, foi efetivada a baixa para perdas conforme determinado através do Ofício Circular nº 2.409/2007-SFF/ANEEL. A partir de abril de 2007 iniciou-se a amortização da RTE correspondente a Parcela "A" formada no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

Os valores referentes à Energia livre referem-se à energia elétrica gerada e não vinculada a contratos iniciais ou equivalentes.

Atualização Monetária:
A Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002 e os Ofícios Circulares ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005 e nº 74, de 23 de janeiro de 2006, determinaram que o saldo remanescente da RTE seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa SELIC.

No exercício foi contabilizado para Perda de receita o montante de R\$3.031 (R\$22.022 em 2006) e, para Energia livre o montante de R\$4.935 (R\$19.216 em 2006), ambos registrados em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas financeiras. Para Energia livre, ato contínuo, foi registrado na rubrica de Fornecedores em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Despesas financeiras, em função do repasse às geradoras.

A composição da RTE no passivo é a seguinte:

Itens	Número do Instrumento de Homologação	Valor Homologado	Remuneração Acumulada	Valor Amortizado	Baixa para perda	Saldo a Repassar	
						31/12/2007	31/12/2006
Energia Livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	119.954	88.488	(121.586)	(75.276)	11.580	96.617
(-) Provisão energia livre não recuperável							(59.690)
						11.580	36.927

Para o mesmo montante de Energia livre, registrado no exercício de 2001, foi registrada uma obrigação no Passivo circulante e Não circulante na rubrica Fornecedores de energia elétrica, com o correspondente débito no resultado na rubrica Energia elétrica comprada para revenda.

Repasse de Energia Livre - Definição e padronização da metodologia de cálculo e repasse:
A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.003, de 26 de setembro de 2007, e com esclarecimentos complementares manifestados através da Nota Técnica nº 392, de 13 de novembro de 2007, alterou a forma de apuração dos valores de repasse e de amortização do saldo de energia livre em substituição às determinações contidas no Ofício Circular SFF/ANEEL nº 560, de 10 de abril de 2006, com efeitos retroativos ao início dos repasses desde fevereiro de 2003.

Dentre as principais alterações, destacam-se a padronização e definição das deduções dos tributos e encargos, com o reconhecimento da existência de duas formas de tributação de PIS e COFINS, determinando a dedução de 3,65% para as concessionárias que recolheram os tributos na época do registro contábil da receita correspondente ao montante homologado e outra para as distribuidoras que optaram pelo diferimento nos termos do Parecer COSIT nº 26, situação essa em que se enquadrou a Companhia, com a aplicação das alíquotas vigentes no momento do efetivo faturamento. Em decorrência do recálculo, embasado nas definições dessa metodologia, foi apurado um ajuste no saldo a repassar às geradoras no montante de R\$11.581, parcialmente liquidados no mês de janeiro de 2008.

Em função dos recálculos dos saldos ativos e passivos de energia livre foi registrado no exercício de 2007, um impacto positivo de R\$11.970, sendo R\$5.042, reconhecido no grupo de Lucro operacional bruto e R\$6.928, no Resultado financeiro, antes dos efeitos dos impostos sobre o resultado.

4.2 - Variação dos itens da parcela "A"

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFNA.

Com o advento das Medidas Provisórias nºs 2.227 e 14 (convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002), de 4 de setembro de 2001 e 21 de dezembro de 2001, respectivamente, e da Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, foi instituída uma conta gráfica, para registro da compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item, de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001.

Os registros foram efetuados no Ativo não circulante na rubrica Despesas pagas antecipadamente, que tiveram contrapartidas no resultado na rubrica Gastos operacionais, pela respectiva natureza. Para fins de divulgação no balanço patrimonial, os saldos estão apresentados na rubrica Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" (Nota 8).

4.2.1 - Composição da variação de itens da parcela "A" homologado pela ANEEL

Item	Número do Instrumento de Homologação	Valor Homologado	Remuneração Acumulada	Valor Amortizado	Saldo a Amortizar

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As aplicações financeiras têm vencimentos entre maio de 2009 e abril de 2012 com rentabilidade de 100,0% a 101,2% do CDI, resgatáveis imediatamente.

6 - Consumidores e concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2007	Saldo líquido em 31/12/2006
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	50.993	50.730	22.843	124.566	(24.988)	99.578	104.602
Industrial	5.256	17.641	10.586	33.483	(16.749)	16.734	10.600
Comércio, serviços e outras atividades	15.695	16.761	12.412	44.868	(15.843)	29.025	36.414
Rural	755	362	334	1.451	(272)	1.179	1.542
Poder público							
Federal	1.823	1.130	876	3.829	(286)	3.543	1.901
Estadual	2.166	355	849	3.370	(700)	2.670	3.027
Municipal	3.446	940	4.140	8.526	(1.205)	7.321	4.039
Iluminação pública	5.290	1.299	4.782	11.371	(1.130)	10.241	11.826
Serviço público	3.623	2.140	7.701	13.464	(92)	13.372	8.468
Fornecimento não faturado	131.966			131.966		131.966	138.862
Parcelamentos de débitos	7.665	934		8.599	(4.671)	3.928	16.022
Outros créditos							303
Ativo regulatório							
Perda de receita							17.782
Energia livre							9.039
Outros ativos regulatórios	6.056			6.056		6.056	22.215
	234.734	92.292	64.523	391.549	(65.936)	325.613	386.642
Concessionárias							
Energia de curto prazo	52		1.761	1.813		1.813	3.306
Encargos de uso da rede elétrica	4.373			4.373		4.373	3.937
PIS e COFINS das geradoras							8.693
Ativos regulatórios	3.334			3.334		3.334	
Outros	2.897			2.897		2.897	1.063
	10.656		1.761	12.417		12.417	16.999
	245.390	92.292	66.284	403.966	(65.936)	338.030	403.641
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	24.182			24.182		24.182	28.938
Comércio, serviços e outras atividades	54			54		54	107
Poder público - Municipal	12			12		12	12
Parcelamentos de débitos	49.983			49.983		49.983	45.813
Ativo regulatório							
Outros ativos regulatórios	1.176			1.176		1,176	1.147
	75.407			75.407		75.407	76.017
Concessionárias							
Energia de curto prazo	10.462			10.462		10.462	10.518
Outras	20.169			20.169		20.169	20.168
	30.631			30.631		30.631	30.686
	106.038			106.038		106.038	106.703

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

6.1 - Energia de curto prazo

	Ativo	Passivo
	Venda	Encargo de serviço de sistema
Saldo em 31/12/2006	13.824	948
Acréscimos	7.412	1.369
Liquidações	(8.961)	(2.317)
Saldo em 31/12/2007	12.275	5.043

Refere-se, principalmente, às transações de venda, compra de energia e encargos de serviços de sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - Concessionárias - outros

Os valores de R\$20.169 (R\$20.168 em 2006) no Ativo não circulante (Nota 6) e de R\$19.155 (R\$18.953 em 2006) no Passivo Circulante e Não circulante (Nota 13), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Companhia realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

7 - Despesas pagas antecipadamente

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
PIS e COFINS majoração de alíquota	1.240	6.005		1.555
Antecipação de cobertura de operações de hedge	7.177	7.659	7.188	14.205
Outros	3.439	4.803	5.661	8.454
Total	11.856	18.467	12.849	24.214

7.1 - PIS e COFINS - majoração de alíquota

Ativo regulatório constituído em razão das alterações introduzidas pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros são repassados às tarifas.

7.2 - Antecipação de cobertura de operações de hedge

Referem-se a pagamentos de ajustes nos fluxos financeiros futuros projetados, ajustados a valor presente, dos instrumentos de hedge basicamente para o valor total do financiamento obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Nota 17), previstos contratualmente para redução da exposição ao risco de crédito para ambas as partes. A amortização desses valores para resultado vem ocorrendo durante o período de liquidação do financiamento, até o ano de 2012.

7.3 - Outros

Refere-se, principalmente, aos gastos com emissão de debêntures e outras operações financeiras, cuja amortização é registrada de forma linear, no prazo de liquidação das obrigações que as originaram.

8 - Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"

Período	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
De 01/01/01 a 25/10/01	75.802	82.409	66.047	
De 24/09/02 a 23/09/03	6.679		2.428	
De 24/09/04 a 23/09/05	209		246	
De 24/09/05 a 23/09/06	3.683	55.703	1.071	15.180
De 24/09/06 a 23/09/07	31.692	6.145	18.434	46.031
De 24/09/07 a 31/12/07	2.286	8.170	3.826	11.479
Total	113.463	151.145	84.481	50.928

8.1 - De 01/01/01 a 25/10/01 - valores correspondentes aos itens da Parcela "A" inseridos no contexto do Acordo Geral do Setor Elétrico, como mencionado na Nota 4.1.

8.2 - De 24/09/02 a 31/12/07 - os valores estão atualizados pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$3.729 (R\$6.368 em 2006) em contrapartida ao Resultado financeiro. No exercício foi amortizado o montante de R\$39.627 (R\$51.733 em 2006).

9 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Ativo - compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	73.927	60.114		
ICMS	23.087	15.093	19.878	16.211
PIS e COFINS	9.658	37.740		
Outros	7.706	8.325		
Total	114.378	121.272	19.878	16.211
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	45.386	62.011		
ICMS	60.727	57.032		
PIS e COFINS	21.905	24.510		
Outros	11.688	12.430		
Total	139.706	155.983		

10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
IR sobre prejuízos fiscais			47.522	60.896
CSLL sobre base negativa	685		22.021	27.437
IR e CSLL sobre demais adições temporárias	88.345	80.398	35.781	59.778
IR e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP	3.279	1.444	29.512	14.430
IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	6.316	6.285	115.200	121.517
Total	98.625	88.127	250.036	284.058

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	2009	2010	2011	2012	2013	Após 2013	Total
	108.563	98.076	20.074	6.927	3.279	13.117	250.036

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2007, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2008. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10.1 - O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido, cuja provisão em 31 de dezembro de 2001 foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017. No exercício de 2007 foi alterado o tratamento fiscal adotado sobre essa provisão, com aplicação desde o exercício social de 2002, passando a submeter ao cálculo de excesso ao limite legal de dedução equivalente a 20% em relação a folha de salários-base apenas a parcela de custeio dos participantes ativos, resultando em um aumento no saldo desta rubrica até o exercício de 2006 no montante de R\$17.429 e de R\$4.198 neste exercício, totalizando R\$21.627, registrado em contrapartida do resultado na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 26).

10.2 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpeixe - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpeixe na aquisição de ações da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e que, conforme determinação da ANEEL, será amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$6.076 até o ano de 2027.

10.3 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas Notas 10.1 e 10.2, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

11 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	2007	2006
Outros créditos						
Escelsa		697				
Energul		465				
Enerpeixe	162	162				
	162	1.324				
Partes relacionadas						
Enerpeixe				5.767		(5.767)
EDP Energias do Brasil	182		124	4.711		(4.711)
Escelsa	684		146			
Energul	556		204			
Energest	70			38		(38)
Enertrade	97					
	1.589		474	10.516		(10.516)
Fornecedores						
Enerpeixe			15.951	12.759	(167.208)	(121.536)
EDP Lajeado			3.522	2.036	(11.167)	(10.719)
Enertrade					(2.751)	
Investco			100	97	(1.168)	(1.150)
Energest			124	99	(1.123)	(1.304)
CESA			13	11	(88)	(72)
			19.710	15.002	(183.505)	(134.781)
Total	1.751	1.324	20.184	25.518	(183.505)	(145.297)

Partes relacionadas - referem-se a compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros efetuados desde o início de 2006 com a EDP - Energias do Brasil S.A. e a partir deste exercício com a Escelsa, Energul, Energest e Enertrade, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2.194, de 13 de julho de 2007.

Fornecedores:

Enerpeixe - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Enerpeixe S.A. para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 93,4 MW médios em 2006 e 109 MW médios para o período remanescente, com data-base de reajuste nos meses de outubro, com preço atual de R\$133,74 MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.850/2003-SFF/ANEEL.

Enerpeixe - CEMAT - Em 23 de dezembro de 2002 foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre Enerpeixe S.A. e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, tendo como interveniente a Companhia, para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 35,1 MW médios em 2006 e 40,65 MW médios para o período remanescente, com data-base de reajuste nos meses de abril, com preço atual de R\$129,10/MWh. Em 15 de dezembro de 2003 a CEMAT exerceu sua opção de ceder o contrato à Companhia, conforme previsão do Parágrafo Terceiro da Cláusula 21 do mesmo. A cessão do contrato foi aprovada pela ANEEL em 25 de maio de 2004, através do Ofício nº 819/2004-SFF/ANEEL.

EDP Lajeado - Em 9 de novembro de 2001, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a EDP Lajeado Energia S.A. para início de suprimento em 1º de dezembro de 2001 e término em 31 de dezembro de 2013, no montante anual de 90.025,4 MWh em 2001 e 113.778,60 MWh nos demais anos, com data-base de reajuste nos meses de outubro, com preço atual de R\$90,75/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 29 de agosto de 2002, através do Ofício nº 827/2002-SFF/ANEEL. Em 18 de outubro de 2002 foi firmado o Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica alterando a data-base de reajuste para o dia 23 de outubro de cada ano.

Enertrade - Em 19 de abril de 2007, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - Contrato de Ajuste, com suprimento no período de abril a julho de 2007, com preço de R\$46,98/MWh. Tal contrato foi resultado da participação da empresa no 4º Leilão de Ajuste, realizado pela CCEE em 29 de março de 2007. Os Leilões de Ajuste estão previstos no artigo 26 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e na Resolução Normativa ANEEL nº 162, de 1º de agosto de 2005, tendo por objetivo complementar a carga de energia necessária ao atendimento do mercado consumidor das concessionárias de distribuição, até o limite de 1% dessa carga.

12 - Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Depósitos judiciais (Nota 21)			30.837	28.059
Cauções e depósitos vinculados	242	61	5.811	4.148
Total	242	61	36.648	32.207

13 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Outros créditos				
Adiantamentos a empregados	1.120			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do imobilizado tangível e intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2006		Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2007	
	Ingressos						
Imobilizado em serviço - tangível							
Terrenos	37.381		1.994		18		39.393
Edificações, obras civis e benfeitorias	35.864		1.025	(3.064)	(464)		33.361
Máquinas e equipamentos	831.054		120.237	(66.378)	(1.479)		883.434
Veículos	3.460		4.178	(1.925)	(6)		5.707
Móveis e utensílios	2.675		783	(704)	(22)		2.732
	910.434	-	128.217	(72.071)	(1.953)		964.627
Imobilizado em serviço - intangível	53.093		1.431	(19.614)	(14)		34.896
Total do imobilizado em serviço	963.527	-	129.648	(91.685)	(1.967)		999.523
Imobilizado em curso - tangível	100.937	155.283	(128.840)				127.380
Imobilizado em curso - intangível	8.415	18.215	(808)				25.822
Total do Imobilizado em curso	109.352	173.498	(129.648)	-	-		153.202
Total do imobilizado - tangível e intangível	1.072.879	173.498	-	(91.685)	(1.967)		1.152.725
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Contribuição de consumidores	(138.526)	(15.682)	(842)	1.231	10.016		(143.803)
Participação da União, Estados e Municípios	(1.089)			(1)	9	65	(1.016)
Doações e subvenções	(34.952)	(4.086)	843	334			(37.861)
	(174.567)	(19.768)	-	1.574	10.081		(182.680)
	898.312	153.730	-	(90.111)	8.114		970.045

14.1 - Alteração nas taxas de depreciação

A Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006, determinou a equalização das taxas anuais de depreciação para ativos de uso e características semelhantes dos serviços de distribuição e transmissão, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007.

A redução da despesa de depreciação do Imobilizado em serviço, acumulada em 31 de dezembro de 2007, foi de aproximadamente 3% com relação ao mesmo período do ano anterior.

14.2 - Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

14.3 - Obrigações vinculadas à concessão - amortização

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observadas pelas concessionárias do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas que, combinada com alterações preconizadas pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006 e Ofícios Circulares SFF/ANEEL nºs 236, 296 e 1.314/2007, de 8 e 15 de fevereiro de 2007, e de 27 de junho de 2007, respectivamente, determinaram a amortização dos saldos de Obrigações vinculadas à concessão, com efeitos a partir da revisão tarifária periódica ocorrida em outubro de 2007. No exercício foi amortizado o valor de R\$1.574, em contrapartida a crédito da Despesa operacional.

15 - Fornecedores

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Suprimento de energia elétrica	123.162	114.179		
Energia livre	11.580	36.927		
Compra de energia de curto prazo - CCEE	5.043	849		
Encargos de uso da rede elétrica	26.706	27.303		
Encargos de serviços de sistema		948		
Materiais e serviços	44.952	31.668	199	435
Total	211.443	211.874	199	435

16 - Debêntures

Em 1º de março de 2006 foi promovida a terceira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 25 mil debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$ 250.000, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 (três) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de março de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de março de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de março de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de março de 2011. A colocação foi concluída em 7 de abril de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de setembro de 2006 e o último em 1º de março de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração acrescido de caixa no início do período de apuração acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração excluída da receita financeira de operações de *hedg*e e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
- pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;
- pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
- perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2009	83.333
2010	83.333
2011	83.334
	250.000

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Circulante		Não circulante	
Saldo em 31/12/2006	10.864	250.000		
Encargos	30.078			
Amortizações	(32.050)			
Saldo em 31/12/2007	8.892	250.000		

17 - Empréstimos e financiamentos e Encargos de dívidas

	Custo da dívida	31/12/2007			31/12/2006		
		Encargos	Principal	Não	Encargos	Principal	Não
		Circulante	Circulante	circulante	Circulante	Circulante	circulante
Moeda estrangeira							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Libor + 4% a.a. ou 4,375% a.a.+ variação cambial	1.130	47.556	46.351	2.080	57.401	113.348
Subtotal		1.130	47.556	46.351	2.080	57.401	113.348
Moeda nacional							
Contas Garantidas	104% do CDI				50		
BNDDES - FINAME	de 4% a.a. a 5% a.a.acima da TJLP	18	2.070	2.572	36	3.297	4.624
BNDDES - RTE	Sellic + 1% a.a.				510	80.882	
Eletrobrás	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a (taxa adm.)	96	996	9.655	42	1.587	6.249
Cédulas de crédito bancário	105% do CDI	764		102.000	788		102.000
Juros s/Fundo de Reversão	5% a.a.	73			73		
Subtotal		951	3.066	114.227	1.499	85.766	112.873
Swap							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	de 97,94% a 118,94% do CDI		41.243	32.780		33.144	49.231
JP Morgan	de 59,80% a 71,60% do CDI		4.696	949			
Citibank	79,94% do CDI		452	452			
Subtotal		-	46.391	34.181	-	33.144	49.231
Total		2.081	97.013	194.759	3.579	176.311	275.452

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

• Tranche "A" - US\$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% ao ano, vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

• Tranche "B" - US\$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% ao ano, vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedg*e, junto ao Banco JP Morgan, em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98,00% a 109,70% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente.

BNDDES - RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária - Contrato firmado em 13 de fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo Geral do Setor Elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$306.105, equivalentes a 90% do valor da Perda de receita e Conta de compensação de variação de itens da Parcela "A" de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 (Nota 4.1). Sobre o valor do principal incidiram juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da SELIC. A parcela de crédito no valor original de R\$250.736 e respectivos juros foram amortizados mensalmente desde março de 2002, em 55 prestações mensais e sucessivas com vencimento final em 15 de setembro de 2006 e a parcela de crédito no valor original de R\$55.369 foi amortizada em 9 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 2006 e a última em 15 de junho de 2007 e, durante a carência, os juros foram integralizados ao principal do empréstimo. Ambos tiveram garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 3,77%, do faturamento mensal da Companhia.

Eletrobrás

(i) Programa Luz no Campo - Contrato firmado em 1º de junho de 2000. Recursos liberados no montante de R\$2.986, sendo R\$1.635 em 10 de agosto de 2000 e R\$1.351 em 6 de dezembro de 2004. Sobre o saldo devedor corrigido incidia juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de setembro de 2002.

O saldo devedor foi pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de setembro de 2002 e a última em 30 de agosto de 2007. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) Programa Reluz

a) Contrato firmado em 9 de dezembro de 2002. Recurso liberado no valor de R\$511 em 05 de dezembro de 2003. Sobre o saldo devedor corrigido incidia juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1,5% ao ano, ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2005. O saldo devedor será pago em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de julho de 2005 e a última em 30 de junho de 2008. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria;

b) Contrato firmado em 9 de abril de 2007. Recursos liberados no valor de R\$61 e R\$547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incidia juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1,5% ao ano, ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 50 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de abril de 2008 e a última em 30 de junho de 2012. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iii) Programa Luz para Todos

a) Contrato firmado em 28 de maio de 2004. Linha de crédito no valor de R\$11.523, a título de financiamento e R\$1.773, a título de subvenção econômica. Recursos liberados no montante de R\$7.080 a título de financiamento e R\$1.089, a título de subvenção econômica. Sobre o saldo devedor corrigido incidia juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% ao ano, vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

b) Contrato firmado em 25 de junho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$12.359. Recursos liberados no montante de R\$3.708. Sobre o saldo devedor corrigido incidia juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de setembro de 2009 e a última em 30 de outubro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% ao ano, vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000, sendo R\$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$51.000 junto ao Banco Santander Banesa S.A.. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece "Covenant" da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

Swap JP Morgan - Operação de *Hedge* junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de Euro, onde a Companhia paga na ponta passiva 73,60% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de Euro, firmado em 15 de março de 2004 no valor de €12.720, com vencimento final em 02 de janeiro de 2009. Em 11 de julho de 2005 esta operação foi repactuada com a diminuição do percentual do CDI para 59,80%.

Operações de *Hedge* junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de Dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 71,60% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 28 de julho de 2004 no valor de US\$586 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009.

Swap Citibank - Operações de *Hedge* junto ao Banco Citibank com *swap* de variação monetária de Dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 79,94% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 13 de novembro de 2003 no valor de US\$490 mil, com vencimento final em 29 de janeiro de 2009. Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
Circulante					
2008	4.017		95.077		99.094
	4.017		95.077		99.094
Não circulante					
2009	22.937		38.152		61.089
2010	22.733		19.570		42.303
2011	21.721		18.378		40.099
2012	21.649		4.432		26.081
2013	21.576				21.576
2014	1.176				1.176
Após 2014	2.435				2.435
	114.227		80.532		194.759
Total	118.244		175.609		293.853

18 - Benefícios pós-emprego

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
BSPS - Reservas a Amortizar	13.669	13.669	82.774	84.346
Programas Assistenciais	3.856	5.004		
Total	17.525	18.673	82.774	84.346

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO CESP, entidade multipatrocinada e fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através do Plano de Benefício Suplementar Saldado - BSPS e do Plano de Benefícios Misto, com as seguintes principais características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. O valor de R\$96.443, apurado em 31 de dezembro de 2007, de acordo com a deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. O déficit está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

• Plano BD - Vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição Definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002 as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2007

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2007	2006
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,25% a.a.	12,20% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%

Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	TASA 27	TASA 27
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

Na exercício foi registrado o valor de R\$1.572 a crédito do resultado (R\$3.290 em 2006), em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo, face a indicação de redução do passivo atuarial.

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do Plano:

	2007	2006
Participantes Ativos	1.052	1.151
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	156	175
Aposentados e pensionistas	425	341
	581	516
Total	1.633	1.667

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$16.413 (R\$17.326 em 2006), visando o saldamento de parcelas do contrato de ajuste de reservas do Plano saldado (BSPS), bem como para o custeio mensal dos atuais planos.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, a ser reconhecida no resultado de 2008, terá a seguinte composição:

	2007	2006
Custo do serviço corrente	1.021	
Custos dos juros	42.981	
Rendimentos esperados dos ativos	(33.130)	
Contribuições esperadas dos empregados	(2.684)	
Total	8.188	

19 - Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2007	31/12/2006
Folha de Pagamento	18.226	24.274
INSS e FGTS	2.543	2.494
Total	20.769	26.768

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e seus respectivos encargos sociais, a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício, além dos efeitos do Programa de Desligamento Voluntário - PDV, lançado em maio de 2006.

O PDV previu a realização de desligamentos de forma escalonada entre os anos de 2006 e 2007, respeitando a implementação de outros programas de eficiência em curso na Companhia. O número de desligamentos alcançou 144 colaboradores.

20 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	31/12/2007	31/12/2006
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.256	1.301
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	7.604	20.718
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.864	8.315
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)	3.989	3.743
Pesquisa e desenvolvimento	17.446	21.295
Programa de eficiência energética	21.934	23.378
Taxa de fiscalização - ANEEL	409	364
Total	61.502	79.114

21 - Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios - circulante e não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo		
	Saldo em 31/12/2006	Adições	Baixas Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2007	Depósito Judicial (Nota 12) 31/12/2007	31/12/2006
Trabalhistas	7.813	12.899	(4.326)	(4.448)	11.938	3.254	3.212
Cíveis	41.898	5.033	(1.171)	(5.411)	40.349	3.861	2.577
Fiscais	78.475	6.952	(13.647)	(8.941)	62.839	23.722	22.270
Total	128.186	24.884	(19.144)	(18.800)	115.126	30.837	28.059
Circulante	1.977				1.336		
Não circulante	126.209				113.790	30.837	28.059
Total	128.186				115.126	30.837	28.059

21.1 - Trabalhistas

Contempla ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subseqüentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Companhia, ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

21.2 - Cíveis

Refere-se principalmente a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

Incluem também pleitos referentes a danos morais e materiais.

21.3 - Fiscais**21.3.1 - COFINS**

A Companhia está questionando judicialmente as alterações na COFINS advindas da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em 1º de julho de 1999, obteve liminar possibilitando o recolhimento desse tributo, até o mês de dezembro de 1999, na forma da legislação anterior, ou seja, 2% sobre o faturamento, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 1999. O saldo provisionado referente ao adicional de 1%, em 31 de dezembro de 2007 é de R\$53.298 (R\$50.713 em 31 de dezembro de 2006). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor de R\$15.468 (R\$14.520 em 31 de dezembro de 2006).

21.3.2 - Imposto de renda

Contestação da indedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na apuração do Imposto de Renda dos exercícios de 2001 e 2002. A provisão em 31 de dezembro de 2007 é de R\$8.254 (R\$7.750 em 31 de dezembro de 2006). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor da respectiva provisão.

21.3.3 - ICMS - Liminar - Base de cálculo por dentro

Refere-se a autuação pela Fazenda do Estado de São Paulo, que trata do recolhimento complementar relativo à diferença na forma de apuração do ICMS, em decorrência de cassação de liminar obtida pela antecessora Eletropaulo-Eletricidade de São Paulo S.A., para alguns municípios pertencentes à área de concessão da Companhia, para o período de janeiro a setembro de 2001. A Companhia aderiu ao PPI - Programa de Parcelamento Incentivado, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Decreto 51.960/07 e obteve o benefício da redução de multa e juros, registrada a crédito do Resultado financeiro no valor de R\$8.941, quitando a obrigação em 10 de outubro de 2007 pelo valor de R\$13.647.

21.4 - Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	31/12/2007	31/12/2006
Trabalhistas	4.250	5.882
Cíveis	5.235	3.803
Fiscais	68.318	17.758
Total	77.803	27.443

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela empresa no período de julho de 2003 a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$58.170 e multa sobre escrituração indevida de notas fiscais de aquisição de combustíveis no montante de R\$198. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

22 - Patrimônio líquido**22.1 - Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006 está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil S.A.

22.2 - Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2007	31/12/2006
Lucro líquido apurado no exercício	231.333	142.041
Ajuste de exercícios anteriores		(11.824)
Lucro líquido ajustado	231.333	130.217
Constituição da reserva legal - 5%		(6.511)
	231.333	123.706
	231.333	51.255

	31/12/2007	31/12/2006
Dividendos oriundos do lucro líquido ajustado	0,005918	0,001311
Constituição da reserva de retenção de lucros		72.451
Dividendos por ação - R\$		

Em 18 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$48.579, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

No exercício a Companhia optou por não constituir a Reserva Legal de acordo com o facultado pelo art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

22.3 - Reservas

	31/12/2007	31/12/2006
Reservas de capital		
Doações e subvenções para investimento	177.342	177.342
Incentivos fiscais	787	787
Ágio na incorporação de sociedade controladora	156.599	156.599
Total	334.728	334.728

Reservas de lucros

	31/12/2007	31/12/2006
Legal	23.120	23.120
Retenção de lucros	152.555	152.555
Total	175.675	175.675

22.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196 da Lei 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

23 - Receita operacional líquida

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	1.283.265	1.252.268	2.639.558	2.535.363	1.050.599	932.755
Industrial	8.949	8.571	2.960.687	3.010.446	837.255	734.978
Comércio, serviços e outras atividades	91.455	86.626	1.545.253	1.437.429	547.968	459.125
Rural	8.079	7.950	98.373	94.134	18.943	16.411
Poder público	7.208	6.866	260.976	238.019	90.463	73.391
Iluminação pública	1.365	1.363	309.484	313.020	66.451	62.767
Serviço público	981	933	230.892	232.093	58.142	51.169
Consumo próprio	85	89	5.053	4.926		
Total do fornecimento faturado	1.401.387	1.364.666	8.050.276	7.865.430	2.669.821	2.330.596

(-) Recomposição tarifária extraordinária

	2007	2006
(líquida de icms)		
Residencial		(5.540)
Industrial		(11.072)
Comércio, serviços e outras atividades		(7.843)
Rural		(120)
Poder público		(1.193)
Iluminação pública		(229)
Serviço público		(987)
Consumo próprio		(392)
	(27.376)	(96.817)

(-) ICMS

	2007	2006
Residencial	(201.818)	(177.490)
Industrial	(151.963)	(133.270)
Comércio, serviços e outras atividades	(98.707)	(82.652)
Rural	(579)	(530)
Poder público	(11.216)	(8.677)
Iluminação pública	(11.672)	(11.004)
Serviço público	(10.855)	(9.543)
	(486.810)	(423.166)

Total do fornecimento faturado líquido

	2007	2006
da RTE e ICMS	2.155.635	1.810.613
Fornecimento não faturado	(6.895)	16.447
Devolução tarifária		75.573
Perda (ganho) de receita - baixa renda	6.702	1.562
PIS e COFINS das geradoras	6.517	(12.826)
Outras receitas regulatórias	(21.506)	9.368
ECE e EAEEE	(118)	2.062
(-) ICMS s/ECE e EAEEE	93	(202)
	2.140.428	1.902.597

Transferência para tarifa de uso do sistema

de distribuição - clientes cativos (1.395.523) (1.274.363)

(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de

distribuição - clientes cativos

	2007	2006
	255.800	230.354
	(1.139.723)	(1.044.009)

Total fornecimento de energia elétrica

	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil	
	2007	2006	2007	2006

Disponibilização do sistema

de distribuição

Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros 74 72 5.218.005 4.897.502 387.344 337.429

(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros (64.590) (55.513)

Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos 1.395.523 1.274.363

(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos (255.800) (230.354)

Total disponibilização do sistema de distribuição 1.462.477 1.325.925

Outras receitas operacionais

Energia de curto prazo 6.989 24.315

Serviços taxados e outros 24.107 25.588

Total outras receitas operacionais 31.096 49.903

2.494.278 2.234.416

(-) Deduções da receita

PEE e P&D (21.019) (32.556)

CCC (169.423) (158.011)

CDE (117.712) (127.857)

RGR (14.732) (12.636)

PIS e COFINS (178.168) (179.056)

ECE e EAEEE - repasse para CBEE 5 (1.801)

ISS (143) (208)

(501.192) (512.125)

Total 1.401.461 1.364.738 13.268.281 12.762.932 1.993.086 1.722.291

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

24 - Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	Prestado de terceiros	Operação	Com vendas	Gerais administr.	Outras
2007						
2006						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 - Resultado financeiro

	2007	2006
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	7.949	411
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida	35.295	29.875
Atualizações monetárias de ativos regulatórios	18.833	37.552
Variações monetárias moeda nacional	1.452	6.219
Variações monetárias moeda estrangeira	106	173
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	988	688
SELIC sobre COFINS (alargamento da base)	1.342	12.136
Descontos obtidos	3.089	5.490
Outras receitas financeiras	4.620	1.772
	<u>73.674</u>	<u>94.316</u>
Despesas financeiras		
Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada	(116)	(155)
Encargos de dívidas	(61.092)	(91.058)
Variações monetárias moeda nacional	111	(1.152)
Variações monetárias moeda estrangeira	24.435	22.669
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	1.938	(16.241)
Reversão da COFINS (alargamento da base)		19.216
Operações de swap e hedge	(55.479)	(63.194)
Atualizações monetárias de passivos regulatórios	10.531	(32.760)
CPMF	(11.886)	(12.315)
Juros sobre capital próprio	(48.579)	(51.255)
Outras despesas financeiras	(5.780)	(8.184)
	<u>(145.917)</u>	<u>(234.429)</u>
	<u>(72.243)</u>	<u>(140.113)</u>

Total
Não houve capitalização de encargos financeiros ao ativo imobilizado em curso a partir do exercício de 2006, em virtude de não mais existirem neste período empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de investimento.

26 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2007	2006	2007	2006
Lucro antes do IR e CSLL	246.882	142.957	246.882	142.957
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(61.721)	(35.739)	(22.219)	(12.866)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(644)	(382)	(232)	(138)
Perdas indedutíveis	816	(700)	293	(252)
Multas indedutíveis	(35)	(9)	(12)	(3)
Gratificações a administradores	(306)	(16)	(110)	(6)
Excesso de contribuição - Previdência privada	(237)	(3.134)	(85)	(1.128)
Pesquisa e Desenvolvimento		2.956		1.064
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	995	(995)	358	(358)
Alteração tratamento fiscal sobre PSAP (Nota 10.1)	12.744		4.599	
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	727	(701)		(100)
Incentivos fiscais	941	336		
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(46.720)</u>	<u>(38.384)</u>	<u>(17.408)</u>	<u>(13.787)</u>

27 - Remuneração dos administradores

Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária realizada em 09 de abril de 2007, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$3.000.

A remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria foi de R\$2.612 em 2007 (R\$2.621 em 2006).

28 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2007
Subestações	334.000
Almoxarifados	4.500
Prédios e conteúdos (próprios)	13.650
Prédios e conteúdos (terceiros)	11.307
Responsabilidade civil	5.724
Transportes (materiais)	18.000
Transportes (veículos)	1.300
Acidentes pessoais	83.583

29 - Instrumentos financeiros

29.1 - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros, como diretriz da Administração, tem por objetivo proteger a Companhia das variações no câmbio de moedas estrangeiras em relação ao Real, nas suas operações ativas e passivas.

A Administração avalia que, nas aplicações financeiras de suas disponibilidades, os riscos são mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez.

29.2 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se os Empréstimos e financiamentos e Operações de hedge (Nota 17). Os valores de mercado, quando aplicável, foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando taxas de juros praticadas pelo mercado para operações de riscos e operações similares.

29.3 - Risco de crédito

Outro instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado por contas a receber que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado vigentes de junho de 2001 a fevereiro de 2002, quando da vigência do Programa de racionamento de energia elétrica.

29.4 - Operações de hedge

A Companhia, com o intuito de eliminar a exposição de todas as suas dívidas em dólar às oscilações da taxa de câmbio, possui em 31 de dezembro de 2007 operações de hedge, apresentadas na Nota 17.

30 - Revisão tarifária periódica

Em reunião pública ocorrida no dia 22 de outubro de 2007, a ANEEL aprovou o relatório que autorizou o reposicionamento das tarifas da Companhia em -8,80% para o período a partir de 23 de outubro de 2007, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc).

O reposicionamento é o principal resultado da revisão tarifária, e decorre da aferição pela ANEEL dos custos operacionais eficientes, através da metodologia Empresa de Referência - ER, da avaliação dos investimentos prudentes, através da Base de Remuneração Regulatória - BRR, e, do reconhecimento de custos não gerenciáveis, Parcela "A". No presente caso da Companhia tanto a ER quanto a BRR foram mantidas como provisórias por existir alguns componentes ainda em avaliação pela ANEEL.

Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, o reajuste médio nas faturas de energia elétrica foi de -9,32% e, após o efeito combinado dos ajustes financeiros de 2006 com 2007, a percepção média para o consumidor foi de -12,47%.

A ANEEL estabeleceu também, de forma preliminar, o Fator Xe de 0,74%, a ser utilizado a partir do reajuste tarifário de 2008.

Dessa forma, a ANEEL informou que os consumidores de alta e baixa tensão tiveram índices de reajuste distintos, conforme se observa na tabela a seguir:

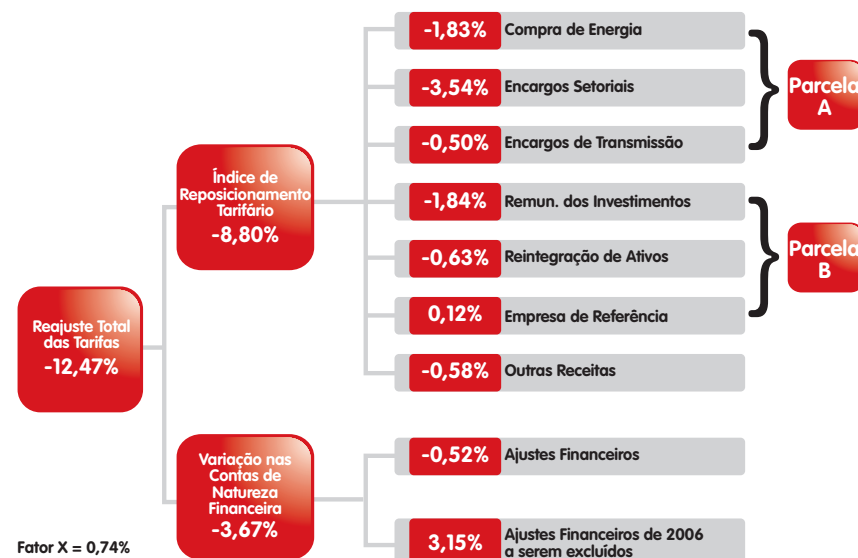
Níveis de tensão	Reajuste efetivo médio sobre as tarifas de 2006
Baixa tensão (abaixo de 2,3 kV)	-13,90%
A4	-10,20%
A2	-12,33%
A1	-15,35%
Valor médio	-12,47%

O processo de revisão tarifária é realizado em duas etapas. Na primeira etapa, denominada reposicionamento tarifário, são estabelecidas tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais para um dado nível de qualidade do serviço e com uma remuneração sobre investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator X, que é o estabelecimento de metas de produtividade para o período tarifário.

Os valores da Base de Remuneração bruta e líquida ainda não foram divulgados oficialmente pelo Órgão Regulador (ANEEL).

Os quadros abaixo demonstram a composição dos resultados finais da Revisão Tarifária Periódica aplicada em 2007 para a Companhia:

Revisão tarifária 2007	Valores (R\$ mil)
Receita verificada	2.146.463
Parcela "A"	1.402.476
Parcela "B"	567.473
Empresa de referência	262.867
Inadimplência	12.667
Remuneração do capital	184.119
Depreciação regulatória	107.820
Total da receita requerida	1.969.950
(-) Outras receitas	12.443
Receita requerida líquida	1.957.506
Reposicionamento tarifário	-8,80%
Ajuste financeiro 2007	-0,52%
Ajuste financeiro 2006	3,15%
Reposicionamento total	-12,47%



Adicionalmente foi reconhecido no exercício ajustes dos componentes financeiros, associados a recuperação relativa a períodos passados, cujo reconhecimento contábil impactou positivamente o resultado em R\$12.955.

31 - Universalização do serviço público de energia elétrica

Através da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e da Lei 10.762, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Universalização de acesso à energia elétrica a todos que possuem carga até 50 kW, sem nenhum ônus. Na área de concessão da Companhia o objetivo é viabilizar o atendimento até 2008. A meta da Companhia, que para tanto aderiu ao Programa Luz para Todos, é promover o atendimento universal até 2008, salvo as exceções previstas na regulamentação desta matéria.

Para operacionalizar o Programa Luz para Todos, foi assinado em 19 de maio de 2004 Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, o Governo do Estado e a Companhia, com a intervenção da Eletrobrás e ANEEL, compromisso este que previu financiamento de 65% com recursos da RGR, 10%, na forma de subvenção econômica CDE (fundo perdido), 15% afetos ao agente executor e 10% Governo do Estado.

Na área urbana foram realizados de 2004 a 2006 atendimentos em todos os municípios da área de concessão, de acordo com a Resolução ANEEL 223/2003 e Resolução ANEEL 456/2000. Na área rural, no período 2004 a 2006, foram atendidos 6.351 novos clientes através do Programa Luz Para Todos, com aplicação de R\$ 17,6 milhões. Em face do resultado, foi estabelecido um novo Termo de Compromisso, para o período 2007/2008, prevendo a utilização de 75% de financiamento pela RGR, 10% do Governo do Estado de São Paulo e 15% da Companhia, para atendimento de 4.200 novos clientes.

Em 2007 foram investidos na Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica, R\$11,8 milhões sendo R\$3,7 milhões no Programa Luz para Todos, para ligação de 1.207 clientes.

Para a execução do Programa Luz para Todos foram assinados os seguintes instrumentos:

2004 a 2006 - Contrato ECFS-019/2004 no valor de R\$13.296, sendo R\$1.773 de CDE e R\$11.523 de RGR. Deste contrato, encerrado fisicamente desde dezembro de 2006, a Companhia recebeu R\$8.169 e ainda aguarda o encerramento financeiro para acerto de diferenças.

2007 e 2008 - Contrato ECFS-184/2007 no valor de R\$12.359 provenientes RGR. Deste contrato, em andamento, a Companhia recebeu R\$3.708.

32 - Lei nº 11.638/07 - Alterações de práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, alterando a Lei nº 6.404/76 no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vem a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

- ativos e passivos financeiros pré-fixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
- arrendamentos financeiros passam a ser contabilizados como ativo imobilizado;
- determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
- ativos adquiridos em processos de aquisição de controle em sociedades, entre partes independentes, passam a ser valorizados a valores justos na sociedade adquirente;
- a equivalência patrimonial passa a ser registrada em função da influência significativa e em sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou que esteja sob controle comum; e
- a reavaliação de ativos não é mais permitida.

Os efeitos da aplicação da referida Lei sobre as demonstrações financeiras da Companhia encontram-se sob análise da Administração, assim como a aplicação de determinadas modificações depende de uma regulação posterior a ser emitida pelos órgãos competentes. Assim, os impactos de todas as modificações trazidas por esta nova lei não podem ainda ser mensurados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU Presidente	JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR Vice-Presidente	ANTONIO JOSÉ SELLARE	CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA E LOUREIRO
MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS	MIGUEL DIAS AMARO	ARNALDO BENZI SACCONI	

DIRETORIA

JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR Diretor Presidente	NEWTON LUIS DE OLIVEIRA CASERI Diretor Operacional	THOMAS DANIEL BRULL Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores	MANUEL ALEXANDRE SÃO MIGUEL DE OLIVEIRA Diretor Técnico	PAULO CÉSAR CORRÊA SOARES Diretor Comercial	DOREL SOARES RAMOS Diretor de Regulação
LEONARDO JOSÉ VALLESI Superintendente de Contabilidade			ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI Gerente de Contabilidade Geral CRC 1SP137290/O-8		

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Bandeirante Energia S.A.

São Paulo - SP

- Examinamos os balanços patrimoniais da **Bandeirante Energia S.A.** levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Bandeirante Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- Nossos exames foram efetuados com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, tomadas em conjunto.
- Conforme mencionado na Nota Explicativa 30 às demonstrações financeiras, em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em - 8,80% aplicado para o período a partir de 23 de outubro de 2007. Os reflexos retroativos dessa revisão tarifária foram contabilizados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, conforme mencionado na nota explicativa, entretanto, possíveis efeitos decorrentes da revisão tarifária definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.

25 de fevereiro de 2008



Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2